

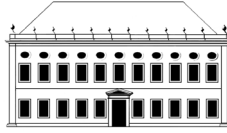
The background of the entire page is a blue-tinted photograph of a lecture hall. In the foreground, the back of a student's head and shoulders is visible on the left, looking towards the front. In the middle ground, several other students are seated at desks, some looking towards the front. In the background, a professor is standing near a whiteboard, gesturing with their hand. The room has large windows with curtains on the right side.

90

ANOS DE ENSINO DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS PARA ESTRANGEIROS NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Graça Rio-Torto
COORDENAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA DA CAPA

Carlos Costa

INFOGRAFIA

Nelson Ferreira

EXECUÇÃO GRÁFICA

Simões & Linhares, Lda

ISBN

978-989-26-0858-7

ISBN DIGITAL

978-989-26-0859-4

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0859-4>

DEPÓSITO LEGAL

380776/14

90

ANOS DE ENSINO DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESAS PARA ESTRANGEIROS NA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Graça Rio-Torto

COORDENAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

NOTA DE ABERTURA POR JOSÉ PEDRO PAIVA, DIRETOR DA FACULDADE DE LETRAS	9
CAP. 1. GRAÇA RIO-TORTO, PASSADO E PRESENTE DOS <i>CURSOS DE FÉRIAS</i>. DA EDIÇÃO DE 1924–1925 À DE 2014	13
1. AS EDIÇÕES DE 1926 E DE 1927 DO “CURSO DE FÉRIAS PARA ESTRANGEIROS” DA FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA (20 DE JULHO A 30 DE AGOSTO)	14
2. A 90ª EDIÇÃO DO CURSO DE FÉRIAS DA FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA	25
2.1. Geografia dos públicos dos <i>curtos de férias</i>	26
3. OFERTA FORMATIVA EM ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA DA FACULDADE DE LETRAS.....	30
3.1. Cursos Intensivos.....	31
3.1.1. Curso de Férias (http://www.uc.pt/fluc/ensino/cpe/90cf)	31
3.1.2. Curso Intensivo de Língua Portuguesa (setembro)	32
3.1.3. Curso Intensivo de Português (fevereiro)	32
3.1.4. Curso Intensivo de Língua e Cultura Portuguesas para Alunos da Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto (KUFS)	33
3.1.5. Erasmus Intensive Language Course (EILC): curso de verão, curso de inverno	34
3.2. Cursos anuais (2 semestres).....	35
3.2.1. Curso anual para alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Macau	35
3.2.2. Curso anual de Língua e Cultura Portuguesas	35

3.2.3. Língua Portuguesa I, II, III, IV Erasmus	36
3.3. Cursos de ensino à distância	37
CAP. 2. ISABEL PEREIRA, ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA	
ESTRANGEIRA E INVESTIGAÇÃO EM PL2 NA FLUC	39
1. INTRODUÇÃO	39
2. INVESTIGAÇÃO EM PL2 NO CELGA	40
2.1. Corpora	41
2.1.1. <i>Corpus</i> de Produções Escritas de Aprendentes de PL2 (PEAPL2/CELGA).....	41
2.1.2. Coral – Corpus oral de PL2.....	42
2.2. Ensinar e aprender PL2 à distância.....	43
2.2.1. NIFLAR.....	43
2.2.2. <i>Euroversity</i>	45
3. O FUTURO PRÓXIMO	47
CAP. 3. CRISTINA MELLO, A LITERATURA EM FOCO NO <i>CURSO DE FÉRIAS</i>	51
CAP. 4. JOÃO PAULO AVELÃS NUNES: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA	
NOS CURSOS DE FÉRIAS DA FLUC (DO FINAL DA PRIMEIRA	
REPÚBLICA AO DERRUBE DO ESTADO NOVO)	59
1. INTRODUÇÃO	59
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL	61
3. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA	65
4. CONCLUSÃO	72
CAP. 5. JOÃO LUÍS J. FERNANDES, <i>CURSO DE FÉRIAS</i> DA FACULDADE	
DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – FLUXOS, DINÂMICAS	
TERRITORIAIS E ORIGEM GEOGRÁFICA DOS ESTUDANTES	79
1. ESTUDANTES, REDES DE CAPITAL SOCIAL E IMAGEM DOS LUGARES: FATORES E CONTEXTOS DOS FLUXOS ACADÉMICOS	79
2. CICLOS E GEOGRAFIAS DOS PRINCIPAIS FLUXOS DE ESTUDANTES DO CURSO DE FÉRIAS DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. A PERSPETIVA DOS ÚLTIMOS 5 ANOS	85

3. ORIGEM ESPACIAL DOS ESTUDANTES INSCRITOS NO CURSO DE FÉRIAS ENTRE 2009 E 2013: RELAÇÃO COM AS PRINCIPAIS DINÂMICAS TERRITORIAIS, POLÍTICAS E GEOECONÓMICAS OCORRIDAS EM MÚLTIPLAS ESCALAS GEOGRÁFICAS. BREVE REFLEXÃO	94
---	----

CAP. 6. FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA:

90 ANOS DE CURSOS DE FÉRIAS, 90 ANOS DE ACTIVIDADES CULTURAIS	101
1. O PASSADO: UM PATRIMÓNIO ÚNICO	101
1.1. Os primórdios	101
1.2. De 1999 a 2009	103
1.3. De 2010 a 2013	105
2. O PRESENTE: UM MARCO ÚNICO	108
3. O FUTURO: DESAFIOS	109

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA DE ABERTURA

Celebra-se no corrente ano de 2014 a realização do 90º Curso de Férias promovido pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Efetuado quase desde 1924, foi uma iniciativa pioneira destinada a acolher e familiarizar alunos estrangeiros com a língua e a cultura portuguesas, dotando-os de competências linguísticas e de conhecimentos sobre múltiplas dimensões do passado e do presente de Portugal.

É uma efeméride perante a qual a Faculdade não podia ficar silenciosa. O facto de se realizar há 90 anos denota, por um lado, a acutilante visão daqueles que, na sua génese, lançaram a iniciativa - verdadeiros profetas de um tempo que ainda estava para vir - e, por outro lado, comprova o saber e o empenho de diversas gerações de professores, alunos e funcionários que se envolveram na sua conceção e realização.

No decurso destes anos, a iniciativa trouxe à Faculdade de Letras, e através dela à Universidade de Coimbra e à cidade, milhares de estudantes não portugueses, provenientes de largas dezenas de países distintos situados na Europa, na África, na América, na Ásia e na Oceania, tornando a Faculdade um pólo simultaneamente aglutinador e difusor de plurais visões do mundo, diferentes culturas, variadas línguas de comunicação, distintos modos de conviver. Em suma, um centro de partilha e de construção de um mundo multicultural que muito a enriqueceu.

A língua e a cultura portuguesas sempre foram os elementos atratores e construtores desta possibilidade. Ontem como hoje, através delas, a Faculdade contribui de modo decisivo para que a Universidade de Coimbra seja uma *universitas*, isto é, uma instância de saber universal e para todo o mundo, ou, como hoje é sabido e assim dito, uma

universidade global. Quer isto dizer que este curso, entre muitas outras iniciativas desenvolvidas pela Faculdade de Letras, também ajudou, mesmo que em pequena escala, a que no dia 22 de Junho de 2013, a UNESCO, em assembleia reunida em Phnom Penh, no Camboja, tivesse decidido conferir à Universidade de Coimbra, à alta da cidade do Mondego e à sua Rua da Sofia a distinção de património mundial da humanidade. Como bem sublinhou o reitor da Universidade nesse dia, o que a UNESCO reconheceu foi muito mais do que o rico valor patrimonial do complexo arquitetónico da velha *alma mater* e da cidade. O destaque foi para “o valor universal da cultura e da língua portuguesas, reconhecendo o papel central que Portugal teve na formação do mundo como hoje o conhecemos”.

De facto, a geografia das línguas faladas no planeta, bem como o Direito que regula várias zonas do planeta foram moldados pela expansão ultramarina portuguesa, a partir do século XV. Neste processo de fixação de um padrão da língua portuguesa e de definição do Direito, a Universidade de Coimbra teve, entre 1537 e 1910, um lugar central e incontornável. Pode dizer-se que, de certo modo, ela foi o berço do cânone linguístico erudito do português durante esses séculos, posição consolidada a partir da centúria de Oitocentos, quando a literatura ganhou autonomia, pois foram estudantes de Coimbra muitos dos seus mais insígnis cultores, como Alexandre Herculano, Antero de Quental, Eça de Queirós, Vitorino Nemésio ou Virgílio Ferreira, os quais hoje continuam a ser estudados e ensinados na Faculdade de Letras por alguns dos mais distintos e profundos conhecedores daqueles distintos autores.

Na actualidade, o português está entre as cinco línguas com mais falantes do mundo e é a terceira da Europa em termos de impacto fora deste continente. Por outro lado, o Direito de matriz portuguesa ainda se faz sentir em Timor, Macau, Moçambique, Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Brasil, e, neste último país, que se vai tornando um dos gigantes mundiais, as primeiras universidades ali criadas, já depois da sua independência em 1822, não só foram constituídas à imagem do modelo da de Coimbra, como tiveram em antigos estudantes conimbricenses alguns dos seus fundadores e professores. No fundo, foi esta importância de

um património imaterial da Universidade para o Mundo (o da língua, da cultura e do Direito) que a UNESCO também quis reconhecer.

A Faculdade de Letras, como um dos mais sólidos bastiões da língua e da cultura portuguesas, tem obrigação de, nos anos vindouros, saber aproveitar e potenciar as possibilidades que se lhe oferecem por via desta distinção, e também dos rumos novos a que recentemente a Universidade de Coimbra se abriu através da criação do estatuto do estudante internacional. Este foi um sinal claro e inequívoco, dado pelas mais altas autoridades que a governam, de uma estratégia que pretende preservar o estatuto desta centenária instituição como o de uma universidade global. Neste contexto, a Faculdade de Letras terá que robustecer a sua já longa tradição de educação e investigação no campo do ensino da língua a estudantes estrangeiros, de que os cursos de Férias são um paradigmático exemplo. Mas cumpre abrir frentes novas, diversificar o leque das ofertas formativas, produzir saber inédito que melhore os níveis de aprendizagem de quem a procura para aprender português, acreditar e certificar de acordo com os mais elevados padrões internacionais os seus diplomas, produzir manuais próprios e específicos, criar saber no âmbito do ensino à distância, tornar mais eficientes os níveis de organização das atividades que promove, acolher cada vez mais alunos recebendo-os sempre melhor. Até para honrar a memória e a sábia visão daqueles que há cerca de 90 anos instituíram o primeiro curso de Férias, cabe à geração atual a tarefa de não perder esta oportunidade. A Faculdade, a Universidade, Coimbra e Portugal precisam que assim seja.

José Pedro Paiva

Diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

(Página deixada propositadamente em branco)

**CAP. 1. GRAÇA RIO-TORTO, PASSADO
E PRESENTE DOS *CURSOS DE FÉRIAS*.
DA EDIÇÃO DE 1924 À DE 2014-2015**

Graça Rio-Torto¹

No ano em que se cumprem os 90 anos dos *Cursos de Férias* da Faculdade de Letras de Coimbra, importa celebrar a efeméride com um tributo ao passado e com os olhos postos no futuro, por forma a que o itinerário de abertura da cultura e da língua portuguesas ao exterior, operacionalizado há noventa anos pelos *Cursos de Férias* da Faculdade de Letras de Coimbra, se perpetue e se revigore, cumprindo os novos desafios do mundo global e os desígnios que a universalidade do nosso património cultural e linguístico requer.

Importa sublinhar que a Língua Portuguesa é a 5ª língua mais falada no mundo, a 3ª língua europeia mais falada, logo após o inglês e o castelhano, e a mais falada no hemisfério sul. É ainda língua oficial e de trabalho de mais de vinte organizações mundiais de referência, como a União Europeia, o Mercosul, a União de Nações Sul-Americanas, a Organização dos Estados Americanos, a União Africana e dos Países Lusófonos. A Língua Portuguesa é uma das mais usadas no ciberespaço. É língua materna no Brasil e em Portugal, língua oficial e administrativa de vários países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique,

¹ Docente de Linguística da Faculdade de Letras de Coimbra (Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, membro do CELGA, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada, <http://www.uc.pt/uid/celga/>) e diretora dos cursos de Português para Estrangeiros desde Julho de 2013.

Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste), língua segunda em alguns destes, língua de herança em muitos países da Europa e do continente americano (EUA, Canadá). No continente asiático, o crescente interesse pela Língua Portuguesa por parte da China muito tem contribuído para o incremento do Português como Língua estrangeira em novas zonas do mundo.

A criação dos *Cursos de Férias* é uma das numerosas e contínuas manifestações do inestimável papel na difusão da cultura e da língua portuguesas há largos séculos promovido pela Universidade de Coimbra. Vamos então recuar aos anos vinte do século passado para compreender o enquadramento da criação dos *Cursos de Férias*, e a sua emergência, na Universidade de Coimbra.

1. As edições de 1926 e de 1927 do “Curso de Férias para Estrangeiros” da Faculdade de Letras de Coimbra (20 de Julho a 30 de Agosto)

Data de 1921 a consciência da necessidade de as Faculdades de Letras (como também as de Ciências) das três Universidades Portuguesas de então — as Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto — procederem à criação de Cursos de Férias, destinados a «estrangeiros que desejam aperfeiçoar-se no conhecimento da língua e cultura» portuguesas, e a nacionais «que pretendam adquirir novos conhecimentos ou atualizar e melhorar» os já interiorizados, segundo se pode ler no Decreto-lei n° 7361, de 22 de Fevereiro de 1921 (I Série, n° 38: 178) ², assinado pelo Ministro da Instrução Pública António José de Almeida.

Os cursos de então decorriam de 20 de Julho a 30 de Agosto, ou seja, em período de férias letivas dos docentes e dos alunos, razão pela qual eram pagos, a 45 escudos mensais por cada regência, de acordo com o estipulado por decreto.

² Mais recente é a fundação dos “Cursos Anuais de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros” (Decreto lei n° 40858, de 13 de Novembro de 1956).

O decreto-lei fundador preconiza que, nas Faculdades de Letras, estes cursos possam versar sobre as seguintes áreas disciplinares:

- (i) Língua portuguesa
- (ii) Literatura portuguesa
- (iii) História de Portugal
- (iv) Geografia de Portugal e colónias
- (v) Língua e Literatura francesas
- (iv) Psicologia e Moral.

Os “Cursos de Férias para Estrangeiros” ministrados pela Faculdade de Letras de Coimbra compreendiam um quadro curricular algo mais alargado que o previsto no decreto-lei fundacional. Vamos observar o perfil dos Cursos de Julho-Agosto de 1926 e de 1927, até por se tratar de uma edição que teve lugar no ano (e no subsequente ao) do 28 de Maio de 1926, movimento comandado pelo general Gomes da Costa que pôs termo à Primeira República, abrindo portas à implantação do Estado Novo, após a aprovação da Constituição de 1933.

Nos Arquivos dos Cursos de Português como Língua estrangeira existe um exemplar não datado de um dos folhetos impressos para a divulgação dos Cursos de Férias o qual, por conter uma foto de Alunos e de professores do *Curso de Férias* de 1926, terá de corresponder a uma edição subsequente. Por defeito, assumimos que se trata da edição de 1927. A complementar a informação presente neste folheto, o relatório de Mendes dos Remédios sobre a edição de 1926 permite-nos ter uma imagem bastante nítida da arquitetura e do modo de funcionamento destes cursos.

O folheto cujo conteúdo aqui se descreve inclui todas as informações básicas para uma eficaz descrição e divulgação do curso, que distribuímos pelas seguintes secções:

- Calendário lectivo
- Enquadramento institucional
- Objetivos

- Áreas científicas e estrutura curricular
- Condições de acesso
- Propinas
- Certificados e Diplomas
- Informação sobre a cidade, a região, alojamento, deslocações, clima, lazer.

Este folheto é assumidamente promocional, o que se evidencia pelos numerosos adjetivos apreciativos com que se predica a realidade da zona de Coimbra: «Coimbra é rodeada de formosíssimas paisagens, logares encantadores de passeio e de recreio. Podem fazer-se excursões a pé, de bicicleta, de carruagem, de automóvel, de caminho de ferro. Há na cidade campos de *tennis*, de *foot-ball*, etc. Uma visita a Coimbra e seus arredores constitui um atractivo para todos os estrangeiros» (Folheto: 15).

O *Curso de Férias* da Faculdade de Letras contemplava um vasto leque de temáticas e de atividades:

- I. Cursos de língua e literatura portuguesas
- II. Língua e literatura espanhola, francesa, inglesa e alemã
- III. História, Geografia, Arte, etc. de Portugal, em lições e conferências
- IV. Serões de Arte, palestras, etc.
- V. Visitas e excursões.

O curso de 1926 destina-se a homens e senhoras, a inscrição podia ocorrer em qualquer momento do seu decurso, sendo válida a partir de então, e o preço da matrícula era de £ 2. Os cursos então criados destinavam-se não apenas a alunos estrangeiros, mas também a alunos portugueses, para os quais se disponibilizavam cursos de línguas estrangeiras, tais como alemão, espanhol, inglês, francês.

Na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o **diretor** do curso era, por inerência, o diretor da Faculdade de Letras ³.

³ Foram diretores da FLUC e, por inerência, diretores dos Cursos de Férias, os Professores António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Mendes dos Remédios, Torquato.

A Comissão Organizadora é constituída pelos Professores Doutores Eugénio de Castro, Ferrand de Almeida e Providência e Costa.

A **Comissão de Pedagogia** é composta pelos seguintes Professores da FLUC:

(i) Mendes dos Remédios (ii) António de Vasconcelos (iii) Oliveira Guimarães (iv) Eugénio de Castro (v) A. Tamagnini Barbosa (vi) João Serras e Silva (vii) Joaquim de Carvalho (viii) Gonçalves Cerejeira (ix) Carlos Ventura	(x) Ferrand de Almeida (xi) Aristides Girão (xii) Vergílio Correia (xiii) Providência e Costa (xiv) Correia Monteiro (xv) John Opie (xvi) Raymond Bernard (xvii) Karl Supprian
--	---

Uma **Comissão Local de Proteção**, que tem por incumbência assegurar «o bem estar material e moral dos Estudantes», é constituída pelas seguintes individualidades:

(i) Presidente da Câmara Municipal (ii) Presidente do Instituto (iii) Presidente da Associação Académica	(iv) Presidente da Sociedade de Defesa e Propaganda (v) Presidente da Associação Comercial (vi) Cônsul do Brasil
--	--

Na época, o *Curso de Férias* contempla apenas dois níveis: um elementar e um superior, sendo este destinado a alunos que se revelam capazes de ensinar a Língua e a Literatura Portuguesas a Estrangeiros.

No tocante a certificados e diplomas, no final do Curso o aluno pode requerer um ‘certificado de assiduidade’ (£1) ou, para quem tenha prestado provas de avaliação, um ‘Certificado elementar’ (£1) ou um ‘Diploma

Brochado de Sousa Soares, João da Providência e Costa, Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Américo da Costa Ramalho, Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, Miguel Baptista Pereira. No último quartel do século XX, os Cursos de Português para Estrangeiros passaram a ser coordenados pedagógica e cientificamente por um/uma Docente da FLUC, não necessariamente coincidente com o Diretor da Faculdade. Exerceram esta função os Professores Alfredo Fernandes Martins, Carlos Alberto Louro Fonseca, Ofélia Paiva Monteiro, José M. Amado Mendes, Ludwig Scheidl, Maria Isabel Pires Pereira, Graça Maria de Oliveira e Silva Rio-Torto. A Isabel Pires Pereira e aos docentes de então se deve a reestruturação de alguns cursos, em ordem a uma maior compaginação com o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*.

Superior' (&2), sendo este destinado aos estudantes que se revelam capazes de ensinar a Língua e a Literatura Portuguesas a Estrangeiros.

As provas de avaliação, que nos anos 26-27, subsumem a obtenção do certificado e do diploma constam do seguinte:

Exame para obtenção de Certificado elementar (&1)	Exame para obtenção de Diploma Superior (& 1)
<p>(i) Prova escrita: um ditado fácil</p> <p>(ii) Prova oral: explicação gramatical</p> <p>a) dum texto português</p> <p>b) interrogatório sobre assuntos de Literatura Portuguesa (30m)</p>	<p>(i) Prova escrita: redação, em português, dum ponto de Língua ou literatura portuguesa (3h)</p> <p>(ii) Prova oral:</p> <p>a) explicação filológica dum texto português</p> <p>b) interrogatório sobre matérias de Literatura Portuguesa (30m)</p>

No *Curso de Férias* de 1926 da FLUC, o ensino abrange:

- (i) **Lições** diárias sobre Língua, Literatura, Geografia, História, Arte, de Portugal e do Brasil: os cursos têm um nível de iniciação ou mais aprofundado, e são ministrados por meio de «exercícios de gramática geral, composição e redação em língua portuguesa» Folheto: 6). No ponto 2 das *Lições* explicita-se que «Haverá o cuidado de dar aos Estudantes um conhecimento metódico principalmente da História e da Literatura Portuguesa e Brasileira, e das obras essenciais em cada género» (ibidem).
- (ii) **Cursos Práticos** que visam «ao conhecimento extensivo da Língua e da Literatura Portuguesas, e são dados sobretudo em exercícios de:
- A) Fonética
- B) Composição
- C) Conversação» (Folheto: 6).
- (iii) **Conferências:** realizadas por Professores da Universidade, por escritores, Diplomatas, Homens públicos, sobre a Literatura, a Geografia e a História de Portugal e das Colónias, a Literatura, a Geografia, a Arte do Brasil.
- (iv) **Serões de arte:** todas as noites. Das 20 às 22h, proporcionam-se, na sede da Faculdade, palestras, conferências com projeções luminosas, audições musicais, etc.

(v) **Excursões de estudo**, realizadas aos sábados e domingos, sob supervisão de um docente ou de um seu representante, compreendem a visita aos monumentos de Coimbra e arredores, tais como Buçaco, Figueira da Foz, Lousã, Penacova, S. Marcos (com suas ruínas extraordinárias), Santo António dos Olivais.

Os cursos então criados destinavam-se não apenas a alunos estrangeiros, mas também a alunos portugueses para quem constituíam cursos de extensão e de atualização de conhecimentos. Para os alunos nacionais, além das matérias comuns aos estudantes estrangeiros, seriam particularmente úteis os cursos de línguas estrangeiras que então se ofereciam na FLUC: alemão, espanhol, inglês, francês e o italiano, a facultar em 2017, caso o Estado o proporcione.

O curso de 1926 contou com 58 alunos portugueses e 22 estrangeiros; Mendes dos Remédios informa que o número de alunos matriculados é superior ao da frequência ordinária de várias Faculdades das três universidades então existentes, e superior ao de outros cursos congêneres na Europa (o *Curso de Férias* de Hamburgo teve, na sua primeira edição, 12 alunos). O curso contou com alunos de classes profissionais diversas, como professores de Liceu, professores primários, alunos universitários, médicos.

Em termos quantitativos, são os seguintes os dados disponíveis (1926):

Alemanha: 8 (36,3%)	França: 2 (9,09%), Suíça: 2 (9,09%)
Canadá: 4 (18,1%)	Espanha: 1 (0,04%), Inglaterra: 1 (0,04%),
Brasil: 3 (13,6%)	Polónia: 1 (0,04%)

Quadro 1. Dados numéricos da distribuição por nacionalidades dos alunos do curso de 1926 (Fonte: FLUC)

Comparando os dados numéricos da distribuição por nacionalidades dos 22 alunos do curso de 1926 com os dos cursos realizados de 1926 a 1995 (cf. Fernandes 1999), observamos uma alteração significativa no sentido de uma menor hegemonia dos alunos germânicos face aos demais estudantes europeus, nomeadamente franceses e ingleses. Simultaneamente, o número de alunos espanhóis e norte-americanos cresce de forma significativa.

Na última década, o número de alunos chineses e norte-americanos tem vindo a ocupar lugar cimeiro no conjunto dos estudantes do *Curso de Férias*, como se observa no quadro seguinte. Sobre as razões desta inversão de tendências (a percentagem de alunos europeus é bem mais diminuta) veja-se o cap. 5 deste livro.

	1926 (100%)	62 anos: 1926-1995 (100%)	2009-2013 (100%) nº alunos
Alemanha	36,3%	18%	10 (2,01%)
Canadá	18,1%	-	-
Brasil	13,6%	-	-
França	9,09%	17%	12(2,4%)
Suíça	9,09%		-
Espanha	0,04%	8%	34(6,85%)
Reino Unido	0,04%	16%	24 (4,83%)
Polónia	0,04%		-
USA	-	8%	72(15,1%)
Portuguesa/Chinesa Macau	-	-	81 (16,3%)
Chinesa	-	-	80 (16,1%)
Japonesa	-	-	36 (7,25%)
Holandesa	-	-	14 (2,8%)
Portuguesa/Americana	-	-	12 (2,4%)

Quadro 2. Dados numéricos da distribuição por nacionalidades dos alunos do curso de 1926 com os dos cursos realizados entre 1926 e 1995 (cf. Fernandes 1999) e entre 2009-2013 (Fonte: FLUC)

Dos reputados especialistas internacionais que frequentaram a edição de 1926, o Prof. Mendes dos Remédios destaca:

- (i). o Prof. Joseph Dunn, da Catholic University of Washington, um dos maiores celticistas americanos;
- (ii). o Prof. Wengler, da Universidade de Leipzig;
- (iii). o Prof. Beinhauer, da Universidade de Colónia, ambos docentes de português nas suas instituições;
- (iv). o prof. F. de Montégut, que se encarregará da organização do ensino de português em França;

- (v). o canadiano Félix Walter, que veio recolher materiais para a sua tese de doutoramento (*La Littérature portugaise en Angleterre à l'époque romantique*, (1927), na Sorbonne;
- (vi). a Baroneza Von Hopfengarten, jornalista dos mais reputados jornais da Alemanha que neste país tem sido uma entusiasta divulgadora da cultura portuguesa.

O corpo docente contou com professores da Faculdade de Letras e com Professores dos Liceus que, tendo concluído a sua Licenciatura na FLUC com elevadas classificações, ofereciam todas as garantias de excelência para o desempenho da sua missão.

Na edição de 1926, foi a seguinte a repartição dos docentes pelas cadeiras ministradas:

- (i) **Português elementar**: Dr^a Dionísia Camões, Prof. Agregada do Liceu Feminino de Coimbra
- (ii) **Português para adeptados** (2 turmas): Professor Doutor João da Providência Costa (FLUC) e Dr^a Maria da Luz Sobral, professora Efetiva do Liceu Feminino de Coimbra
- (iii) **Fonética Experimental Portuguesa**: Prof. Doutor Oliveira Guimarães (FLUC)
- (iv) **Curso de Literatura Portuguesa**: Prof. Doutor Mendes dos Remédios (FLUC)
- (v) **Curso de História de Portugal**: Prof. Doutor Gonçalves Cerejeira (FLUC)
- (vi) **Curso de Geografia de Portugal e colónias**: Dr. Correia Monteiro, assistente da FLUC
- (vii) **Curso de História da Arte em Portugal**: Professor Vergílio Correia (FLUC)
- (viii) **Curso de Filologia Românica**: Prof. Meyer-Lübke, Professor da Faculdade de Letras
- (ix) **Curso de alemão**: Karl Supprian, Professor contratado da FLUC
- (x) **Curso de Inglês**: John Opie, Professor contratado da FLUC

(xi) **Curso de francês:** Marquis Roger, Professor do extinto Instituto Industrial de Coimbra e especialmente contratado pela FLUC para este efeito

(xii) **Curso de espanhol:** D. Xavier Dias Alberdi, Professor de Língua espanhola de Estrasburgo e especialmente contratado pela FLUC para este efeito

Conferências:

Várias foram também as conferências promovidas pela organização do Curso.

Dr. Ernst Arthur Voretzsch, Ministro do Exterior da Alemanha: *Arte Chinesa*

Dr. W. Andrae, professor da Technishe Hochschule de Charlottenburg: *Explorações arqueológicas da Babilónia: Babilónia ressurrecta*

Dr. Queiroz Veloso, Diretor Geral da Instrução Superior e Diretor da Faculdade de Letras de Lisboa, *Problemas da História de Portugal esclarecidos por documentos do Arquivo de Simancas*

Doutor Meyer-Lübke (FLUC), *Os bascos*

Doutor Joaquim de Carvalho (FLUC), *A cultura filosófica em Portugal durante a Idade Média*

Doutor Eugénio de Castro (FLUC), *João de Deus*

Doutor António de Vasconcelos (FLUC), *A história de Inês de Castro contada por D. Pedro, o Cru*

Dr. Vergílio Correia (FLUC), *Os painéis de São Vicente*

Doutor Gonçalves Cerejeira (FLUC), *Rainhas e princesas de Portugal*

Doutor Mendes dos Remédios (FLUC), *A poesia de ninguém*

Uma Exposição de pintura, serralharia artística, miniatura de barro, aguarela e cimélios bibliográficos foi também organizada na edição de 1926.

Na foto seguinte encontram-se docentes e os alunos da edição de 1927 do *Curso de Férias*.



O diretor do *Curso de Férias*, Professor Mendes dos Remédios, no Relatório que endereça ao Ministro da Instrução Pública, não cessa de encarecer as qualidades do Curso, face a outros congêneres, e a argumentar em favor da necessidade de uma dotação adequada que satisfaça as qualidade que se pretende para o mesmo.

«nenhum *Curso de Férias* estrangeiro na Europa, pelo menos, fornece aos seus alunos igual número de lições, nem os serões noturnos de convivência e arte em que se misturam sem distinção de classe e de nação todos os que nos cursos tomam parte» (Mendes dos Remédios 1926: 12)

V^a Ex^a ponderará, no seu elevado critério, se a Faculdade de Letras de Coimbra deve continuar no caminho encetado. Ela, por si, só pede que a ajudem a bem trabalhar pela causa do ensino e da Pátria. [...] Resta por sua vez que o Estado a habilite com os meios de a [esta obra] prosseguir, se o Estado entende que a deve prosseguir. A Faculdade tem repetidamente pedido um *auxílio financeiro de 100 mil escudos* para realização cabal das suas iniciativas — «*Cursos de Férias, Publicações e Institutos*». Não obstante

ter sido prometido pelo Ex^o Ministro Sr. João Camoezas, o Orçamento actual reduziu essa verba a 35 mil escudos! Julgue V^a Ex^a se essa verba é suficiente. Só a folha de gratificações aos professores nacionais e estrangeiros [...] consome quási toda essa verba». (Mendes dos Remédios 1926: 13).

O Diretor do Curso aproveita para chamar a atenção da situação única da Faculdade de Letras, que se viu privada do ‘pessoal menor’ que servia nos seus institutos e museus, pelo que se torna imperativo dotar «*os seus Institutos, Biblioteca, Laboratório e Museus com pessoal próprio*, pelo menos com o pessoal próprio extinto pelos Decretos acima referidos, como esta Faculdade várias vezes tem reclamado». (p. 13).

A Biblioteca da Faculdade não tem um único funcionário de catalogação, consulta e vigilância, o mesmo sucedendo com o Instituto Histórico e Filológico, o Laboratório de Psicologia Experimental, os museus de Epigrafia, Numismática e Esfragística, O Instituto Alemão e o Instituto Francês. (p. 14).

No folheto do curso de 1927, são facultadas informações de ordem prática para os viajantes, como:

- . a duração e preço das deslocações (Coimbra – Lisboa 62,65 escudos, Coimbra – Porto 36 escudos),
- . o preço do alojamento em Coimbra (diária em pensão ou hotel desde 20 escudos, aproximadamente),
- . a oferta cultural e de lazer,
- . e até informações meteorológicas sobre o clima de Coimbra (cujas temperatura média, à época, em Agosto, rondava os 20 graus, segundo os dados do Observatório Geofísico da universidade de Coimbra).

Tais informações explicam-se pelas condições da circulação de informação nos anos 20 e 30 do século passado, e bem assim pelo intenso afluxo de alunos alemães a Portugal. Para estes, explicita-se que a viagem de Hamburgo ou Bremen Lisboa, nos paquetes *Monte Olívia* e *Monte Sarmiento* (da *Hamburg Süd-Amerikanische Gesellschaft*) custa cerca de 115 Mk, o mesmo no paquete *Lloyd Norte Alemão*, em 3^a classe, e um pouco mais na Mittel Kl.

No ponto 25 do folheto do *Curso de Férias*, explicita-se que «A direção dos Cursos fornece todos os esclarecimentos que lhe sejam pedidos sobre condições de viagem, preços de hotéis, custo de vida em Coimbra, etc.», devendo para tal *Dirigir todos os pedidos para matrícula nos Cursos de Férias, informações de viagem, custo de vida em Coimbra, ou outras que interessem os Estrangeiros, à FACULDADE DE LETRAS, CURSO DE FÉRIAS, COIMBRA (PORTUGAL).*

2. A 90ª edição do *Curso de Férias* da Faculdade de Letras de Coimbra

No presente, o *Curso de Férias* contempla quatro níveis de ensino, definidos em conformidade com o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*:

Nível Elementar A1, A2	21 horas /semana	7 ECTS
Nível Complementar B1	20 horas /semana	7 ECTS
Nível Complementar B2	20 horas /semana	7 ECTS
Nível Superior C1	20 horas /semana	8 ECTS

Em todos os níveis são lecionadas as disciplinas de *Língua Portuguesa, Comunicação Oral e Escrita e Laboratório*.

No nível Complementar acrescem *Literatura Portuguesa e História de Portugal*, e no nível Superior *Literatura Portuguesa e Portugal Contemporâneo* e diversos *Cursos Monográficos*, tais como *Cultura e Sociedade Portuguesas, Linguística Portuguesa, Portugal no Mundo*.

Há ainda um conjunto de disciplinas facultativas, disponíveis para todos os alunos com um conhecimento basilar de Português, como *Arte Portuguesa, Caminhos do Cinema Português, Geografia de Portugal, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Diversas *Actividades culturais* são promovidas ao longo do curso (cf. cap. 6 deste livro), por forma a que os estudantes possam usufruir da oferta cultural que a cidade de Coimbra e a organização do “*Curso de Férias*” proporcionam, com entusiástico acolhimento do público-alvo.

Curso de Férias

Elementar A 1 [7 ECTS]		Elementar A 2 [7 ECTS]	
Língua Portuguesa	12h [4]	Língua Portuguesa	10h [3,5]
Comunicação Oral e Escrita	5h[2]	Comunicação Oral e Escrita	8h [2,5]
Laboratório	4h [1]	Laboratório	3h [1]
Complementar B1 [7 ECTS]		Complementar B2 [7 ECTS]	
Língua Portuguesa	8h [2,5]	Língua Portuguesa	8h [2,5]
Comunicação Oral e Escrita	4h [1]	Comunicação Oral e Escrita	4h [1]
Laboratório	2h [0,5]	Laboratório	2h [0,5]
Literatura Portuguesa	3h [1,5]	Literatura Portuguesa	3h [1,5]
História de Portugal	3h [1,5]	História de Portugal	3h [1,5]
Superior C1 [8 ECTS]			
Língua Portuguesa	8h [3]	Cursos Monográficos (1 em 3) . Cultura e Sociedade Portuguesas . Linguística Portuguesa . Portugal no Mundo	4h [2] 4h [2] 4h [2]
Literatura Portuguesa	4h [1,5]		
Portugal Contemporâneo	4h [1,5]		
Opções			
Acessíveis a todos os alunos com conhecimentos básicos de LP (Sem avaliação)			
. Arte Portuguesa (2h/semana cada)			
. Caminhos do Cinema Português (3h/semana cada)			
. Geografia de Portugal (2h/semana cada)			
. Literaturas Africanas de Língua Portuguesa (2h/semana cada)			

2.1. Geografia dos públicos dos cursos de férias

Como se observa no capítulo 5 deste livro, os alunos que presente-mente demandam este curso são de nacionalidades muito diversas, sendo numericamente muito significativos os alunos de nacionalidade chinesa, sejam da China Continental ou os de Macau e os americanos, em consonância com o papel de dominância geoestratégica que estas duas grandes potências mundiais pretendem consolidar.

Comparando os dados numéricos da distribuição por nacionalidades dos 22 alunos do curso de 1926 com os dos cursos realizados de 1926 a 1995 (cf. Fernandes 1999: 72-73), observamos uma alteração significativa no sentido de uma menor hegemonia dos alunos germânicos face aos demais estudantes europeus, nomeadamente franceses e ingleses. Simultaneamente, o número de alunos espanhóis e norte-americanos cresce de forma significativa.

Este estado de coisas reflete o intenso dinamismo geopolítico mundial e a correlata reorganização geoeconómica que se verifica nas últimas décadas, com a ascensão dos chamados países ‘emergentes’, como a China, a Índia, o Brasil, a Rússia.

Em simultâneo, este estado de coisas decorre também das novas geografias do ensino de Língua e Cultura Portuguesas no Oriente, nomeadamente na China e, em menor escala, nos Estados Unidos.

2.1.1. O primado dos alunos alemães nos anos 20 e 30

Os intensos contactos científicos entre Portugal e a Alemanha ganharam fôlego redobrado a partir de finais do século XIX, aquando da época áurea dos estudos romanístico-comparatísticos levados a cabo por nomes ilustres como Friedrich Diez, Meyer-Lübke e Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos.

Nascida em Berlim, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) foi uma das mais reputadas filólogas da língua e da cultura portuguesas. Casada (1876) com o musicólogo e historiador de arte Joaquim António da Fonseca Vasconcelos (Porto, 1849-1936), também este muito ligado à Alemanha, pois fez os seus estudos secundários em Hamburgo, Carolina Michaëlis de Vasconcelos foi Professora da Faculdade de Letras de Coimbra desde 1912; aqui ensinou *Filologia Portuguesa* (cf. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*. Segundo as preleções feitas ao curso de 1911-1912 pela Ex.ma Sr.a D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Coimbra: Lith. e Typ. Correia Cardoso. 202 p.; *Filologia portuguesa*. Preleções feitas pela Ex.ma Sr.a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Doutora em Filologia ao curso do 1.º ano da Faculdade de Letras de 1912-1913. Coimbra: Tip. Commercial. 1912, 277 p. - [Id. até] *Filologia portuguesa...* de 1913-1914. Coimbra: Neves & Vieira: s. a., 94 p.) e *Filologia Românica*, e promoveu intensas relações de cooperação científica com as universidades de Berlim e de Hamburgo, o que deu origem ao estabelecimento de um frutuoso intercâmbio de docentes e de discentes entre a Faculdade de Letras de Coimbra e a Alemanha. Data

de 1925 a criação do *Instituto Alemão* da FLUC, o primeiro na península Ibérica que, a par com a Escola Alemã de Lisboa (1848) e a Escola Alemã do Porto (1901), se configuram como centros de cultura germanista em Portugal. Além de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, ensina na Faculdade de Letras de Coimbra um dos grandes romanistas de então, W. Meyer-Lübke, tendo a seu cargo o *Curso de Filologia Românica* do *Curso de Férias* de 1926. Os contactos científicos entre os dois países, na área da Filologia Portuguesa, tiveram continuidade através da missão do renomado filólogo e dialetólogo Manuel de Paiva Boléo, como leitor de português (1931-1935) na Universidade de Hamburgo.

A conjuntura que medeia entre a primeira e a segunda guerra mundiais explica também a pulsão migratória de muitos habitantes da Europa central, nomeadamente da Alemanha, para países do novo mundo, nos quais a língua portuguesa é uma mais-valia inestimável. O conhecimento da língua portuguesa assume-se, assim, como de importância crucial, e a frequência de um curso intensivo de verão, na Universidade de Coimbra, e o visto que a presença em Portugal implica, são recursos que um centro-europeu esclarecido não negligencia.

2.1.2. Inversão de tendências: China e EUA

Na última década, regista-se uma tendência inversa no que diz respeito à origem geográfica dos alunos de PLE no *Curso de Férias* da FLUC: com efeito, assiste-se a um enorme crescendo de procura por parte de falantes chineses, oriundos seja da chamada China ‘continental’, seja de Macau, e a uma tendência crescente de demanda por parte de alunos norte-americanos. As demais procedências representam valores bastante afastados dos países acima mencionados, sendo que a Alemanha ocupa nesta seriação o último lugar (cf. tabela seguinte).

Nacionalidades dos alunos dos “cursos de férias” 2009-2013	Total: 414 (83,5%)
1. Portuguesa/Chinesa. Macau	81 (16,3%)
2. Chinesa	80 (16,1%)
3. Americana	72 (15,1%)

4. Japonesa	36 (7,25%)
5. Espanhola	34 (6,85%)
6. Russa	27 (5,44%)
7. Inglesa	24 (4,83%)
8. Holandesa	14 (2,8%)
9. Portuguesa/Americana	12 (2,4%)
10. Francesa	12 (2,4%)
11. Italiana	12 (2,4%)
12. Alemã	10 (2,01%)

Quadro 3. Dados numéricos da distribuição por nacionalidades dos alunos dos cursos de 2009-2013 (Fonte: FLUC)

A China vem apostando, de há várias décadas para cá, no ensino e aprendizagem da língua portuguesa, que considera vital para reforçar as relações comerciais com os países de língua portuguesa, nomeadamente o Brasil e Angola, que elegeu como dois dos seus principais parceiros comerciais a nível global. São muitas as universidades na China com cursos de língua portuguesa como língua estrangeira, o que significa que todos os anos são formados muitos licenciados em PLE para as áreas diplomática e comercial (cf. discurso [5.11.2013] do vice primeiro-ministro chinês Wang Yang, na cerimónia de abertura da IV Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, disponibilizado no sítio do Ministério do Comércio da China (cf. <http://www.mofcom.gov.cn/article/ae/ai /201311/20131100392760.shtml>).

”Nasceu, na China, um enorme crescimento da aprendizagem de português e há, na totalidade 18 instituições de ensino superior em que se ensina a língua portuguesa. Ao mesmo tempo, o chinês começou a ser muito procurado em países de língua oficial portuguesa, estão a criar-se cada vez mais Institutos Confúcio em países lusófonos.”

Em Macau a língua portuguesa é língua oficial, o que faz com que haja cerca de 5000 jovens e adultos chineses a estudar a língua portuguesa em instituições públicas e privadas. É grande a importância da aprendizagem do português nos planos legal, político, económico, mas também cultural e histórico. A consciência, por parte das autoridades chinesas, da importância económica e cultural da língua portuguesa no

mundo, justifica a aposta planificada na preparação de numerosos jovens quadros como falantes de português, e o contexto endolingue que Portugal proporciona não é negligenciado.

A forte presença da China em África e no Brasil encontra um significativo paralelismo com a aposta estratégica dos EUA no continente africano, um dos pólos de desenvolvimento geoeconómico no qual os Estados Unidos pretendem ter uma palavra decisiva. Como salienta Saraiva (2010), no seu artigo intitulado “Portugal no contexto dos interesses dos EUA e da Europa, em relação a África”, as quatro prioridades americanas para África consistem em «providenciar programas de assistência em matéria de segurança que sejam fundamentais para o objectivo de uma África pacífica; [...] promover sistemas e práticas democráticas; [...] promover um crescimento económico sustentável, de base alargada e orientado pela economia de mercado. Finalmente a promoção do desenvolvimento da saúde e social». O reforço das ligações dos membros da NATO com o Atlântico Sul e com as potências que nele emergem não pode ignorar a mais-valia que o domínio da língua portuguesa representa nessa estratégia de cooperação com o hemisfério sul.

Esta conjuntura, aliada à forte bilateralidade dos EUA com o Brasil, à crescente presença de falantes de LP nos EUA, ao incremento do intercâmbio científico entre universidades portuguesas e americanas, e à atratividade turística do nosso país, explicam a procura acrescida por parte de cidadãos norte-americanos dos cursos de Português como Língua estrangeira da FLUC.

Sejam as entidades governamentais portuguesas capazes de honrar a consciência que outros povos têm da importância da língua portuguesa no sistema internacional.

3. Oferta formativa em ensino de Português como língua estrangeira da Faculdade de Letras

Na atual oferta formativa em ensino de Português como língua estrangeira da Faculdade de Letras de Coimbra (cf. www.uc.pt/fluc/ensino/cpe) distinguimos cursos intensivos e cursos anuais, encontrando-se estes

organizados em dois semestres. A estes acrescem os cursos de ensino à distância.

1. Cursos Intensivos	(i) 90 ° <i>Curso de Férias</i> (ii) Curso Intensivo de Língua Portuguesa/Setembro (iii) Curso Intensivo de Língua Portuguesa/Fevereiro (iv) Curso Intensivo de Língua e Cultura Portuguesas para alunos da Universidade de Estudos Estrangeiros da Universidade de Kyoto (v) Erasmus Intensive Language Course (EILC): curso de verão, curso de inverno
2. Cursos anuais	59º Curso Anual de Língua e Cultura Portuguesas 1º Curso anual para alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Macau 2014-15 Língua Portuguesa Erasmus
3.	Cursos de ensino à distância

3.1. Cursos Intensivos

3.1.1. *Curso de Férias* (<http://www.uc.pt/fluc/ensino/cpe/90cf>)

O *Curso de Férias* da FLUC que, na sua 90ª edição, tem lugar de 23 de junho a 31 de julho de 2014, foi largamente descrito nas secções 1. e 2. deste capítulo, pelo que nos limitamos a apresentar o seu plano curricular, de forma abreviada. Em cada caso o número de horas mencionado é o de cada semana.

Curso de Férias

Elementar A1 [7 ECTS]		Elementar A2 [7 ECTS]	
Língua Portuguesa	12h [4]	Língua Portuguesa	10h [3,5]
Comunicação Oral e Escrita	5h [2]	Comunicação Oral e Escrita	8h [2,5]
Laboratório	4h [1]	Laboratório	3h [1]
Complementar B1 [7 ECTS]		Complementar B2 [7 ECTS]	
Língua Portuguesa	8h [2,5]	Língua Portuguesa	8h [2,5]
Comunicação Oral e Escrita	4h [1]	Comunicação Oral e Escrita	4h [1]
Laboratório	2h [0,5]	Laboratório	2h [0,5]
Literatura Portuguesa	3h [1,5]	Literatura Portuguesa	3h [1,5]
História de Portugal	3h [1,5]	História de Portugal	3h [1,5]
Superior C1 [8 ECTS]			
Língua Portuguesa	8h [3]	Cursos Monográficos (1 em 3) . Cultura e Sociedade Portuguesas . Linguística Portuguesa . Portugal no Mundo	
Literatura Portuguesa	4h [1,5]		4h [2]
Portugal Contemporâneo	4h [1,5]		4h [2]
			4h [2]

Opções

Acessíveis a todos os alunos com conhecimentos básicos de LP (Sem avaliação)

- . Arte Portuguesa (2h/semana cada)
- . Caminhos do Cinema Português (3h/semana cada)
- . Geografia de Portugal (2h/semana cada)
- . Literaturas Africanas de Língua Portuguesa (2h/semana cada)

3.1.2. Curso Intensivo de Língua Portuguesa (setembro)

Este curso intensivo destina-se a alunos que intentam adquirir competências comunicativas básicas de Língua Portuguesa, ou aprofundar as já adquiridas, a fim de que possam, por exemplo, frequentar cursos na Universidade de Coimbra ou, no caso de alunos não-Erasmus (reformados, operadores turísticos, operadores imobiliários), usar a língua em atividades funcionais diversas. Tem sido procurado por uma média de uma centena de alunos em cada edição. Este Curso não tem avaliação. Para mais informações, ver http://www.uc.pt/fluc/ensino/cpe/ci_set_14.

Iniciação (A1)	Iniciação (A2)
Estruturas da Língua Portuguesa 14h + 14h + 12h	Estruturas da Língua Portuguesa 14h + 14h + 12h
Comunicação Oral e Escrita 10h + 10h + 8h	Comunicação Oral e Escrita 10h + 10h + 8h
Pré-Intermédio (B1)	Intermédio (B2)
Estruturas da Língua Portuguesa 14h + 14h + 12h	Estruturas da Língua Portuguesa 14h + 14h + 12h
Comunicação Oral e Escrita 10h + 10h + 8h	Comunicação Oral e Escrita 10h + 10h + 8h

3.1.3. Curso Intensivo de Português (fevereiro)

Este Curso destina-se a todos os alunos, incluindo os estudantes ERASMUS, que pretendam iniciar ou aprofundar os seus conhecimentos em Língua Portuguesa. Os níveis A1 e A2 correspondem a 4,5 ECTS e o nível B1 a 5 ECTS. Para mais informações sobre a estrutura e modo de funcionamento, ver <http://www.uc.pt/fluc/ensino/cpe/cifev15>.

Apresenta-se de seguida a estrutura do curso.

Nível Iniciação (A1)

Disciplinas	Carga horária semanal	ECTS
Língua Portuguesa	14h + 14h + 12h	2.5
Comunicação Oral e Escrita	10h + 10h + 8h	2
Total		4.5

Nível Elementar (A2)

Disciplinas	Carga horária semanal	ECTS
Língua Portuguesa	14h + 14h + 12h	2.5
Comunicação Oral e Escrita	10h + 10h + 8h	2
Total		4.5

Nível Pré-Intermédio (B1)

Disciplinas	Carga horária semanal	ECTS
Língua Portuguesa	14h + 14h + 12h	3
Comunicação Oral e Escrita	10h + 10h + 8h	2
Total		5

3.1.4. Curso Intensivo de Língua e Cultura Portuguesas para Alunos da Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto (KUFS)

Este curso destina-se a alunos da Universidade de Estudos Estrangeiros de Kyoto (KUFS), e realiza-se ao abrigo de um convénio estabelecido, em 1993, entre ambas as instituições⁴. Em cada edição o curso é frequentado

⁴ As instituições que assinaram as comemorações do 50º aniversário da KUFS foram as seguintes trinta: Beijing Normal University; Beijing Second Foreign Language Institut; Central Washington University; Douglas College; Fudan University; Guangdong University of Foreign Studies; Kyoto University of Foreign Studies; Royal Holloway, University of London; San Francisco State University; Shangai International Studies University; Soas, University of London; The Australian national University; Universidad Autonoma de Guadalajara; Universidad de Belgrano; Universidad de Navarra; Universidade de Brasília; Universidade de Coimbra; Universidade de Macau; Universidade de São Paulo; Universidade Federal Fluminense; Universitat Autonoma de Barcelona; Universitat Manheim; Universitat Salzburg; Universitat Zurich; Université Catholique de L'Ouest; Université de Bourgogne; Université de Mons-Hainaut; University of Keele; University of London; University of Queensland; University of Texas at San Antonio; University of Technology, Sidney; Xi'an Foreign Language University.

por cerca de duas dezenas de alunos. No próximo ano letivo tem lugar o 23º KUFs (14 Fevereiro – 8 Março 2015).

Segue-se o elenco de disciplinas do curso que, em cada semana, ocupam 25 horas.

Disciplinas (25 h/semana)	
Língua Portuguesa 10 horas /semana	Laboratório 5 horas /semana
Conversação 5 horas /semana	Civilização 3 horas /semana
Estudo Acompanhado 2 horas /semana	

3.1.5. Erasmus Intensive Language Course (EILC): curso de verão, curso de inverno

Durante vários anos a FLUC vem promovendo, em articulação com a Divisão de Relações Internacionais da UC, as edições de verão (agosto-setembro) e de inverno (janeiro-fevereiro) de cursos intensivos E.I.L.C. *Erasmus Intensive Language Course*, no âmbito dos programas internacionais de *Lifelong Learning Programme of Education and Culture DG da Comissão Europeia*.

Estes cursos comportam 15 alunos por turma e conferem 6 ECTS cada. O elenco curricular dos dois níveis oferecidos encontra-se no quadro seguinte.

Nível I (Beginners) Disciplinas (Total: 6 ECTS)	Nível II (Intermediate) Disciplinas (Total: 6 ECTS)
Estrutura da Língua e Comunicação Oral e Escrita (36 h) Laboratório (18h) História de Arte (12h)	Estrutura da Língua e Comunicação Oral e Escrita (36 h) Laboratório (6h) História de Arte (12h) História de Portugal (6h) Literatura Portuguesa (6h) ou Cinema Português (6h)
Projectos Pessoais e/ou de Grupo e Tarde de Estudo (32 h)	

3.2. Cursos anuais (2 semestres)

3.2.1. Curso anual para alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Macau

Este curso, cuja primeira edição tem lugar em 2014-2015, destina-se a alunos da Faculdade de Direito de Macau que frequentam na Universidade de Coimbra num ano zero dos seus estudos de graduação.

Curso anual para alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Macau

Pré-intermédio (B1)	1º semestre	Pré-intermédio (B1+)	2º semestre
Estruturas da Língua Portuguesa	5h/semana	Estruturas da Língua Portuguesa	5h/semana
Comunicação Oral	3h/semana	Comunicação Oral	3h/semana
Comunicação Escrita	3h/semana	Comunicação Escrita	3h/semana
Laboratório	3h/semana	Laboratório	3h/semana
Cultura Portuguesa	4h/semana	Cultura Portuguesa	4h/semana

3.2.2. Curso anual de Língua e Cultura Portuguesas

O Curso Anual de Língua e Cultura Portuguesa para Estrangeiros (http://www.uc.pt/fluc/ensino/cpe/calcp_14_15) conta já com mais de meia centena de edições, e tem sido frequentado por uma média de centena e meia de estudantes, em cada ano letivo. Encontra-se organizado por cinco níveis (A1, A2, B1, B2 e C1), em conformidade com os parâmetros do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*. Este curso não se destina a alunos Erasmus, pois estes beneficiam de cursos *ad hoc* (cf. 3.2.3.)

Apresenta-se de seguida a sua estrutura curricular. Às disciplinas elencadas, acresce em cada semestre, e em cada um dos níveis, a de *Atividade Cultural*.

Em todos os casos o número de horas indicado é semanal.

1º semestre, 2º semestre		1º semestre, 2º semestre	
Iniciação (A1)		Elementar (A2)	
Estruturas da Língua Portuguesa A1	5h	Estruturas da Língua Portuguesa A2	5h

Comunicação Oral A1		5h	Comunicação Oral A2		5h
Comunicação Escrita A1		4h	Comunicação Escrita A2		4h
Laboratório A1		4h	Laboratório A2		4h
1º semestre, 2º semestre			2º semestre		
Pré-intermédio (B1)			Pré-intermédio (B1+)		
Estruturas da Língua Portuguesa B1		5h	Estruturas da Língua Portuguesa B1+		5h
Comunicação Oral B1		3h	Comunicação Oral B1+		3h
Comunicação Escrita B1		3h	Comunicação Escrita B1+		3h
Laboratório B1		3h	Laboratório B1+		3h
Cultura Portuguesa B1		4h	Cultura Portuguesa B1+		4h
1º semestre			2º semestre		
Intermédio (B2)			Intermédio (B2+)		
Estruturas da Língua Portuguesa B2		4h	Estruturas da Língua Portuguesa B2+		4h
Comunicação Oral e Escrita B2		4h	Comunicação Oral e Escrita B2+		4h
Laboratório B2		2h	Laboratório B2+		2h
História de Portugal B2		4h	História de Portugal B2+		4h
Geografia de Portugal B2		2h	Geografia de Portugal B2+		2h
Arte Portuguesa B2		2h	Arte Portuguesa B2+		2h
1º semestre			2º semestre		
Avançado (C1)			Avançado (C1+)		
Estruturas da Língua Portuguesa C1		4h	Estruturas da Língua Portuguesa C1+		4h
Comunicação Oral e Escrita C1		4h	Comunicação Oral e Escrita C1+		4h
Opções *	Arte Portuguesa C1	2h	Opções *	Arte Portuguesa C1+	2h
	Geografia de Portugal C1	2h		Geografia de Portugal C1+	2h
	Linguística Portuguesa C1	2h		Linguística Portuguesa C1+	2h
	Literaturas de Língua Portuguesa C1	2h		Literaturas de Língua Portuguesa C1+	2h
	Portugal Contemporâneo C1	2h		Portugal Contemporâneo C1+	2h
	Sociedade Portuguesa C1	2h		Sociedade Portuguesa C1+	2h

* O Aluno escolhe 5 no conjunto das opções disponíveis.

3.2.3. Língua Portuguesa I, II, III, IV Erasmus

Este Curso (<http://www.uc.pt/fluc/ensino/cpe/LPE>), organizado em quatro níveis (*Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas.*), destina-se a alunos *Erasmus* de toda a Universidade de Coimbra e de outras instituições de ensino superior da cidade (Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação de Coimbra, Instituto Superior

Miguel Torga e outras), só mediante o pagamento de uma propina que, na Faculdade de Letras recebem formação em Língua Portuguesa, para assim poderem usar a língua de forma proficiente nos cursos de graduação ou de pós-graduação que frequentam.

Nos anos mais recentes, este curso tem sido frequentado, em cada semestre, por cerca de quatro centenas de alunos **de Mobilidade da Universidade de Coimbra**. Explicita-se abaixo a oferta proporcionada em 2013-2014.

Língua Portuguesa I, II, III, IV /Erasmus

1º semestre		2º semestre	
Língua Portuguesa I Erasmus – 01349610	Turma 1 Turma 2 Turma 3	Língua Portuguesa I Erasmus – 01349610	Turma 1 Turma 2
Língua Portuguesa II Erasmus - 01349621	Turma 1 Turma 2 Turma 3	Língua Portuguesa II Erasmus - 01349621	Turma 1 Turma 2
		Língua Portuguesa III Erasmus – 01349632	Turma 1 Turma 2
Língua Portuguesa III Erasmus - 01349632	Turma 1 Turma 2	Língua Portuguesa IV Erasmus – 01349643	Turma 1 Turma 2

3.3. Cursos de ensino à distância

Encontra-se em preparação um conjunto de cursos de PLE a serem ministrados à distância a partir do próximo ano letivo. Deles se destacam um curso de Língua Portuguesa C2, um curso de Língua Portuguesa A1, e um curso de Língua Portuguesa B1, no âmbito do MOOC [Massive Open Online Course]. A Universidade de Coimbra participa também no consórcio de instituições portuguesas de ensino superior que, com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto Camões são promotoras do curso de e-learning/m-learning saberportugues.pt, destinado a instituições universitárias chinesas cujos alunos pretendam aprender Língua Portuguesa (níveis A1, A2, B1, B2, C1 e C2).

Uma vez reunidas as condições docentes, projeta-se o alargamento da oferta destes cursos aos demais níveis de proficiência linguística.

Todos os esforços são poucos para continuar a promover o uso da Língua Portuguesa como língua internacional, como língua de ciência, de produção tecnológica e de inovação, fazendo *jus* à sua longa e grandiosa tradição cultural. Tendo a Universidade de Coimbra desde sempre dado um contributo maior para a valorização e difusão da Língua Portuguesa, cabe a toda a comunidade, e desde logo à organização dos cursos de Português como Língua Estrangeira da Faculdade de Letras de Coimbra, continuar a agenciar a concretização deste desígnio.

Referências Bibliográficas

- DELILLE, Manuela (2001), “Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1821-1925), intermediária nata entre a cultura neolatina e a germânica”. *Revista da Faculdade de Letras do Porto* XVIII: 33-48.
- FERNANDES, João Luís (1999), “Coimbra, Universidade e difusão da Cultura Portuguesa no Mundo. A dimensão geográfica do *Curso de Férias* da Faculdade de Letras de Coimbra”. *Cadernos de Geografia* n° especial 1996: 67-77.
- Folheto do “*Curso de Férias*” da Faculdade de Letras de Coimbra. s/d (provavelmente de 1926).
- FURTOSO, Viviane Bagio; SERENA J. RIVERA (2013), “Ensino de Português nos Estados Unidos: uma compilação”. *Revista Vozes dos Vales* 4 (Ano II, 10/2013): 19p. <http://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Ensino-de-Português-nos-Estados-Unidos-uma-compilação-Brasil-USA.pdf>
- REMÉDIOS, Mendes dos (1926), “Os “Cursos de Férias” da Faculdade de Letras em 1926”. Coimbra, Coimbra Editora. Separata de *Biblos* 2 (8-9), 14 p.
- SARAIVA, Luís Eduardo Marquês (2010), “Portugal no contexto dos interesses dos EUA e da Europa, em relação a África”, *Revista militar* 2505: 979-1005.

**CAP. 2. ISABEL PEREIRA, ENSINO DE PORTUGUÊS
LÍNGUA ESTRANGEIRA E INVESTIGAÇÃO
EM PL2 NA FLUC**

Isabel Pereira⁵

1. Introdução

A longa tradição de ensino da língua portuguesa a estrangeiros na FLUC, o envolvimento de vários investigadores do CELGA na docência dos cursos de PLE, a criação do 2.º ciclo em Português como Língua Estrangeira e Língua Segunda (PLELS) e o crescente interesse de que a língua portuguesa tem sido alvo um pouco por todo o mundo são condições que favoreceram, sobretudo na última década, o desenvolvimento de projetos de investigação no âmbito do ensino e aprendizagem do português língua não materna.

A pesquisa levada a cabo tem tido um carácter eminentemente aplicado, visando sobretudo a criação de recursos úteis para todos os envolvidos em processos de ensino/aprendizagem de PL2 e/ou em investigação nessa área. Alguns produtos resultaram já do trabalho desenvolvido nos últimos anos e a investigação neste domínio, no Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA), continuará

⁵ Docente de Linguística da Faculdade de Letras de Coimbra (Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas) e Diretora CELGA, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada desde Julho de 2013. Nos quatro anos precedentes foi Diretora dos Cursos de Português para Estrangeiros da FLUC.

a privilegiar esta perspetiva. No entanto, se a produção e disponibilização de recursos é uma prioridade, não deixou de se fazer pesquisa de natureza teórico-descritiva, visando sobretudo a configuração das interlínguas dos aprendentes.

2. Investigação em PL2 no CELGA

A investigação na área de PL2, apesar de já ter alguma tradição anterior no CELGA⁶, ganhou uma dinâmica muito particular com a criação do 2.º ciclo em “Português como Língua Estrangeira e Língua Segunda” (<http://www.uc.pt/fluc/plcls>). A necessidade de recursos e infraestruturas para o desenvolvimento dos trabalhos de investigação dos mestrandos e a orientação dos seus trabalhos de pesquisa deram origem a vários projetos, alguns dos quais ainda em curso. De entre esses projetos, destacam-se os que envolvem a criação de *corpora* e os que foram desenvolvidos em parceria com outras instituições internacionais, com financiamento europeu, voltados para a utilização de novos media no ensino de línguas estrangeiras.

2.1. Corpora

2.1.1. *Corpus* de Produções Escritas de Aprendentes de PL2 (PEAPL2/CELGA)

Um dos mais importantes recursos criados e disponibilizados pelo CELGA nos últimos anos é o *Corpus* de Produções Escritas de Aprendentes de PL2, que está disponível desde 2011 em <http://www.uc.pt/fluc/rcpl2/>. Coordenado por Cristina Martins, o PEAPL2 foi concebido para enriquecer

⁶ A investigação em Linguística e em Língua Portuguesa desenvolve-se também no seio dos demais cursos de 2º e 3º ciclos agregados ao CELGA, a saber o 2.º ciclo em “Linguística: Investigação e Ensino” (<http://www.uc.pt/fluc/depllc/Cursos/2cic/LIE>) e 3º ciclo “Língua Portuguesa: Investigação e Ensino” (<http://www.uc.pt/fluc/depllc/Cursos/3cic/LPIE>).

o acervo de dados empíricos acessíveis aos investigadores que trabalham neste domínio, que ainda hoje, apesar do incremento da pesquisa na área, são bastante escassos.

Não tendo sido concebido para uma investigação específica, este corpus disponibiliza dados que possam servir diferentes objetivos de pesquisa envolvendo questões recorrentes na atual investigação sobre línguas não maternas: a descrição das interlínguas em diferentes fases de desenvolvimento; o papel das línguas maternas (LM) no desenvolvimento das interlínguas; o papel de outros mecanismos de aquisição independentes da LM nesse processo. As principais opções metodológicas foram, assim, condicionadas por este objetivo geral.

Os sujeitos informantes são aprendentes de PLE a frequentar um curso de português para estrangeiros da FLUC, representando vários estádios de aquisição (correspondendo a diferentes níveis de aprendizagem formal, de A1 a C1) e falando diferentes línguas maternas.

As produções escritas foram reunidas com base num protocolo de recolha de dados, que envolveu o consentimento informado dos participantes, definido em colaboração com o projeto “Recolha de dados de aprendizagem de português língua estrangeira”, coordenado por Isabel Leiria. A seleção dos estímulos de que resultam os textos do acervo foi feita a partir do conjunto, muito mais vasto, de estímulos usados nesse projeto, com base em critérios rigorosos. O protocolo inclui também um questionário para obtenção do perfil do informante (dados pessoais, história linguística e autoavaliação do nível de proficiência em português), assim como indicações aos docentes sobre as condições da recolha (para garantir a melhor qualidade possível do material recolhido e que o material era coligido em condições idênticas).

A primeira recolha decorreu de maio de 2009 a maio de 2010, tendo-se procedido posteriormente à transcrição e identificação dos textos, de acordo com convenções e códigos criteriosamente definidos (cf. Martins 2013). Dessa recolha resultou o primeiro acervo disponibilizado, constituído por 546 textos, produzidos por 391 informantes, falantes de 39 línguas maternas diferentes. Uma segunda fase de recolha decorreu entre janeiro

e maio de 2011 e o tratamento dos dados está em curso, prevendo-se para breve a sua disponibilização.

Os dados do PEAPL2 têm sido intensivamente utilizados por alunos do 2.º ciclo em PLELS, quer no decorrer dos vários seminários, quer nas suas teses, mas também por outros investigadores, da UC e de outras universidades, o que justifica o enriquecimento do *corpus*, possivelmente com uma recolha agora direcionada para determinadas linhas de investigação.

2.1.2. Corp-Oral: PL2

Iniciado em finais de 2013, com coordenação de Isabel Almeida Santos, e ainda em fase de definição do protocolo de recolha de dados, o COral está geneticamente associado ao PEAPL2, que, sendo constituído por textos escritos, limita o escopo da investigação sobre o desenvolvimento das interlínguas a determinadas áreas de estruturação linguística.

O projeto Corp-Oral: PL2 pretende criar uma base de dados constituída por textos orais de aprendentes de PL2, que possam servir de base a trabalhos de investigação sobre o desenvolvimento de competências orais em português língua não materna, em diferentes níveis estruturais, mas particularmente no fonético-fonológico (segmental e prosódico).

A recolha será feita entre os alunos dos cursos de PLE da FLUC, de acordo com critérios idênticos aos utilizados no PEAPL2 (diferentes níveis de proficiência, diferentes línguas maternas), uma vez que também este corpus pretende disponibilizar dados que sirvam diferentes objetivos de pesquisa. Aos informantes será solicitado que realizem uma sequência de tarefas orais, que envolvem diferentes graus de formalidade e controle linguístico (da conversa orientada à narrativa criada a partir de estímulos visuais, passando também por tarefas de leitura). Como se pretende que este corpus sirva de base a estudos de natureza fonético-fonológica (segmental e prosódica), os estímulos foram concebidos de forma a incluir um conjunto de estruturas fónicas definidas. Algumas das tarefas, no entanto, têm como objetivo recolher dados que

permitam pesquisar o desenvolvimento de competências no domínio pragmático e discursivo.

Em vias de iniciar uma recolha-piloto, para testar a adequação da sequência de tarefas, o projeto Corp-Oral: PL2 irá certamente fornecer aos investigadores materiais que permitirão levar a cabo pesquisa de natureza variada nos domínios fónico, morfológico, sintático, lexical e pragmático do PL2.

2.2. Ensinar e aprender PL2 à distância

2.2.1. NIFLAR

O projeto NIFLAR (Networked Interaction in Foreign Language Acquisition and Research) teve a duração de dois anos (2009-2010), foi financiado pela Education, Audiovisual and Culture Executive Agency, através do Lifelong Learning Program e coordenado pela Universidade de Utrecht. O consórcio integrava ainda as universidades de Valência, Granada, Coimbra e Palacky e contou com a colaboração da Universidade Técnica de Novosibirsk e do Instituto Nevsky de Língua e Cultura (S. Petersburgo), assim como de uma instituição de consultoria de e-learning (TELL Consult). Teve como línguas-alvo o neerlandês, o espanhol, o português e o russo.

Tinha como principal objetivo contribuir para o enriquecimento e a inovação nos processos de ensino e aprendizagem de língua estrangeira, através da promoção de comunicação autêntica entre pares (estudantes de uma das línguas-alvo e falantes nativos dessa língua), explorando as vantagens de duas ferramentas eletrónicas – a videoconferência e os mundos virtuais em 3D –, o que implicava o desenvolvimento de um conjunto de princípios para a elaboração de tarefas adequadas ao contexto de comunicação e aos objetivos comunicativos, assim como a sua aplicação e avaliação.

A investigação desenvolvida pela equipa da UC (composta por quatro investigadores) centrou-se na experiência de criação de um sistema de b-learning em que se combinava o ensino mais formal de sala de aula

com a comunicação por videoconferência entre aprendentes de português das universidades de Utrecht e Valência e falantes nativos de português (alunos de 1.º ciclo de Português, na experiência-piloto, alunos do 2.º ciclo de PLELS, no *follow-up*).

A videoconferência é uma ferramenta colaborativa virtual para comunicação em sincronia, que permite que os participantes se vejam e falem uns com os outros. A plataforma de comunicação utilizada – Adobe Connect Pro – permite, além disso, que partilhem documentos (fotografias, excertos de gravações vídeo ou áudio, apresentações em powerpoint), que comuniquem através de *chat* e que, ao mesmo tempo, elaborem documentos escritos em conjunto. É um contexto ideal para aprendizagem colaborativa, possibilitando sobretudo o desenvolvimento de competências de interação oral, mas, dadas as características específicas da ferramenta utilizada, também da competência de leitura e de escrita.

Uma das componentes do projeto consistiu no desenvolvimento de um conjunto de princípios para elaborar tarefas comunicativas adequadas à comunicação nos ambientes virtuais visados, que foram posteriormente aplicados. As tarefas deveriam expor os aprendentes a *input* rico e criterioso, proporcionar o uso comunicativo e pragmático da língua, de forma a promover o equilíbrio entre processamento linguístico e conteúdo, além de promover a competência linguística intercultural.

Após uma fase inicial em que se esboçaram os princípios reguladores da elaboração de tarefas, o projeto envolveu duas fases de experimentação: experiência-piloto e *follow-up*. A primeira serviu para testar a adequação do esquema de comunicação e dos critérios para elaboração de tarefas para comunicação em videoconferência. Após a avaliação deste ensaio inicial e um debate sobre os modelos de aferição da adequação e exequibilidade das tarefas, no *follow-up* alargou-se a experiência a um maior número de participantes, elaboraram-se novos guiões de tarefas, criaram-se instrumentos de avaliação da participação dos intervenientes na execução das tarefas. A equipa da UC envolveu os alunos do 2.º ciclo de PLELS que, no âmbito do seminário de Didática de PLELS, elaboraram guiões de tarefas que aplicaram em sessões de interação com aprendentes

de português das universidades de Utrecht e de Valência (cf. Pereira, Silva e Fernandes 2011 e Pereira 2011).

Do NIFLAR resultou um conjunto de produtos (guias de boas práticas para o uso de ambientes virtuais no ensino de línguas estrangeiras, manuais para uso de videoconferência e mundos virtuais 3D, guiões de tarefas para as línguas-alvo, instrumentos de avaliação - pré e pós-testes, inquéritos, guiões de entrevistas). Estes materiais estão disponíveis em <http://cms.hum.uu.nl/niflar/index.php?page=documents>. Além disso, recolheu-se um considerável acervo de dados (horas de gravação de sessões de comunicação), que tem sido objeto de trabalhos de investigação.

No que respeita ao trabalho desenvolvido especificamente sobre o português, do NIFLAR resultou um conjunto de guiões de tarefas, a análise das experiências e da avaliação feita pelos intervenientes (<http://cms.hum.uu.nl/niflar/index.php?page=portuguese>) e horas de gravações de sessões de interação, que foram já usadas como corpus numa tese de mestrado e podem ser disponibilizadas para outros trabalhos de investigação.

2.2.2. Euroversity

O projeto *Euroversity*, que teve início em 2011 e terminará em novembro de 2014, nasceu da vontade de rentabilizar o conhecimento acumulado e os recursos criados em vários projetos financiados por diversos programas europeus que tinham como finalidade explorar a utilização dos mundos virtuais em 3D como plataformas de ensino (AVALON, AVATAR, NIFLAR, START, Wide Minds, ReVICA, entre outros). Tendo como grande ambição massificar o uso dos mundos virtuais para fins educativos, os objetivos específicos do projeto consistem em recolher exemplos de boas práticas com vista à elaboração de um guião para todos os que desejem iniciar atividades de ensino em plataformas virtuais, partilhar conhecimento com os parceiros e apoiá-los na iniciação ao ensino em mundos virtuais. A meta a atingir é a criação de uma rede, sustentável a longo prazo, de instituições e indivíduos utilizadores destes ambientes para fins educacionais.

Os mundos virtuais, também chamados MUVES (multi-user virtual environments) ou MMORPGs (massively multiplayer online role-playing games), são ambientes digitais tridimensionais que se podem descrever como realidades virtuais em rede em que os usuários, representados como avatares individuais, podem mover-se e interagir em espaços 3D simulados. A maioria destes ambientes é usada para fins lúdicos, mas alguns deles, com caráter comunicativo e social, de que o mais conhecido é talvez o Second Life, são usados para fins educativos.

Estas plataformas fornecem contextos adequados para o ensino de acordo com o paradigma socioconstrutivista, já que o aprendiz constrói o seu conhecimento interagindo com outros, num contexto de cognição social e culturalmente situado. No caso concreto do ensino de línguas, são contextos propícios à aplicação de metodologias comunicativas e acionais, uma vez que permitem a interação verbal em situações “autênticas” (os avatares podem andar, sentar-se, correr, voar, dançar, conduzir, entre outras ações), em localizações virtuais que reproduzem o mundo real (museus, restaurantes, lojas, etc). Permitem também a interação com falantes nativos da língua em aquisição, potenciando, assim, o desenvolvimento da competência comunicativa e intercultural, pois os aprendentes têm de lidar com uma variedade de normas sociais.

O projeto iniciou com uma recolha de descrições de cursos realizados previamente por membros da rede, elaboradas de acordo com um roteiro, que constituiu a base de criação do primeiro esboço de um guião de boas práticas. O segundo momento consistiu na aplicação do guião a novos cursos, de forma a testar a sua adequação e a identificar os aspetos a serem melhorados. A equipa da UC, não tendo experiência prévia no desenvolvimento de cursos em contextos deste tipo, teve um papel relevante nesta fase.

A experiência levada a cabo na UC consistiu na conceção de um curso, “Português oral num mundo virtual”, destinado a alunos de nível A1 (cf. Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas). Os alunos-alvo, que frequentaram o *European Intensive Language Course* de setembro de 2013 na FLUC, participaram voluntariamente na experiência. O curso tinha como objetivo o desenvolvimento de competências orais

e constituiu um complemento ao curso em sala de aula. Teve a duração de seis sessões e foi concebido para decorrer em espaços públicos, no Second Life (SL). Foram seguidos, tão rigorosamente quanto o contexto permitiu, todos os passos do esboço do guião de boas práticas.

Foram elaborados roteiros de tarefas para o conjunto das sessões, com temáticas definidas de acordo com o programa do curso em sala de aula, e selecionados materiais a serem utilizados. Foram também definidas formas alternativas de comunicação, para o caso de existirem problemas técnicos que impedissem a comunicação em SL (comunicação via Skype e conta de grupo no Facebook).

Esta primeira experiência revelou algumas insuficiências do guião de boas práticas e permitiu identificar muitos dos problemas que podem surgir com a utilização destes contextos para fins educativos. Como alguns desses problemas condicionaram seriamente a normal realização do curso, realizou-se uma segunda edição, em que o público-alvo foi um conjunto de voluntários que frequentava a disciplina de Língua Portuguesa I (Erasmus). Nesta segunda edição, controlaram-se de forma mais rigorosa alguns aspetos da realização do curso (definição de horários, material informático utilizado), de forma a evitar alguns dos problemas ocorridos anteriormente.

As experiências realizadas quer pela equipa da UC, quer por outros parceiros permitiram o aperfeiçoamento do guião de boas práticas (ainda em curso), que se pretende um instrumento útil, com informação exhaustiva, a disponibilizar a todos aqueles que pretendem desenvolver atividades educativas em mundos virtuais. A informação sobre o Euroversity pode encontrar-se em <http://www.euroversity.eu/> e no Facebook (www.facebook.com/groups/euroversity/).

3. O futuro próximo

O projeto estratégico que o CELGA definiu para o período de 2015 a 2020 dá um relevo particular à investigação em PL2, em consonância (i) com as prioridades da Universidade de Coimbra, reforçadas pela recente

atribuição à instituição do estatuto de Património Mundial da Humanidade, que explicitamente envolve o reconhecimento do valor patrimonial da língua portuguesa e do papel da UC na sua disseminação internacional e (ii) com as linhas mestras da política linguística da União Europeia, nomeadamente a defesa da diversidade linguística e do plurilinguismo.

O CELGA definiu, como parte dos seus objetivos para esse período, contribuir para a descrição das variedades não maternas do português e para que o ensino de PL2 disponha de instrumentos sólidos e cientificamente fiáveis de aprendizagem. A concretização desses objetivos passará, por um lado, pela construção de uma gramática pedagógica, assente na identificação e descrição (baseada em *corpora*) de áreas críticas de aprendentes de PL2 nos domínios das estruturas e dos usos linguísticos e respetivas interfaces, por outro, pela elaboração de materiais instrucionais para apoiar o trabalho de docentes de PL2.

O CELGA, centro com uma longa tradição de investigação fundamental e aplicada sobre a língua portuguesa, definiu o papel que deve desempenhar no contexto atual, no qual os desafios sociais europeus ligados ao diálogo intercultural e à prática inclusiva de ensino-aprendizagem de línguas assumem particular relevância. Para essa definição contribuiu de forma determinante a prática docente dos seus investigadores, quer no âmbito de pós-graduações, na FLUC e em universidades parceiras (Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Nacional de Timor-Leste), quer no âmbito dos cursos de PLE. A ligação entre docência e investigação é crucial neste domínio e nunca, como agora, quando se comemoram os 90 anos de ensino de português como língua não materna na FLUC, esse diálogo foi tão profícuo, com vantagens mútuas.

Referências

- Conselho da Europa (2001) *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*. Porto: Edições Asa.
- MARTINS, Cristina (2013) “O *corpus* de produções escritas de aprendentes de PL2 (PEAPL2/CELGA): caracterização e desenvolvimento de

- uma infraestrutura de investigação”. In: R. Bizarro, M. A. Moreira e C. Flores *Português língua não materna: investigação e ensino*. Lisboa: Lidel, pp 70-79.
- PANICHI, L.; REINER, M.; STEFANELLI, C.; TRAMONTI, M. (2012) “Science in Virtual Reality: Examples from the EUROVERSITY Network”. In: Pixel (ed.) *Conference Proceedings New Perspectives in Science Education*, libreriauniversitaria.it.
- PEREIRA, Isabel; SILVA, Antonino; FERNANDES, Anabela (2011) “A comunicação videoweb no ensino de línguas estrangeiras: contributo do projeto NIFLAR”. In: *Educação, Formação & Tecnologias*, n.º extra (abril 2011), pp. 4-10.
- PEREIRA, Isabel (2011) “NIFLAR: um projeto de aprendizagem de línguas em sistema de b-learning”. In: *Atas do Congresso Internacional Línguas 2010: Pontes, Portas, Janelas, Espelhos e Redes*. Guarda: RECLES.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAP. 3. CRISTINA MELLO, A LITERATURA EM FOCO NO CURSO DE FÉRIAS

Cristina Mello⁷

Ensinar literatura portuguesa no *Curso de Férias* da Faculdade de Letras em muitas das suas edições, se é mister do ofício de professores de literatura, é também uma circunstância especial de ensino, por várias razões. Um conjunto de factores explica essa especificidade. A heterogeneidade do público é grande e pode ser evocada aqui quanto à faixa etária, aos níveis de desempenho linguístico em língua portuguesa, às formações académicas, profissionais e outras. Tendo colaborado nesse curso em uma dezena de edições, a lição que me ficou pode ser perspectivada, hoje, em dois aspectos: o primeiro, o do sentido da surpresa que é sempre encontrar-me perante essa diversidade cultural; o segundo, o do sentido da necessidade de eu própria reconfigurar concepções e práticas didácticas de ensino da literatura. É sobre essa questão que me debruço aqui, num breve testemunho.

Sendo diversos os interesses dos estudantes, parece-me plausível priorizar práticas de ensino voltadas para o desenvolvimento de uma cultura literária de base, da qual devem fazer parte a leitura de textos representativos do cânone literário clássico e contemporâneo. A abordagem dos textos com os alunos, oriundos de diversos continentes, é sempre conduzida no sentido de acrescentar conhecimentos novos, colocando-os

⁷ Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas/CLP - Centro de Literatura Portuguesa Faculdade de Letras • Universidade de Coimbra, Email:cristina.a.mello@gmail.com

em diálogo com as suas referências culturais. Esse trabalho implica o delinear de programas divulgados com antecedência, ajustados à heterogeneidade das formações que vamos encontrar.

Um curso de literatura portuguesa neste contexto implica decisões sobre autores e obras a contemplar. A margem para opções é limitada se considerarmos que as oito aulas ao longo das quatro semanas, entre junho e julho, não ultrapassam as 16 horas presenciais. Assim, a opção que se tem afigurado mais consentânea com essa especificidade de um Curso de Férias, reside na selecção de textos de autores do século XIX e do século XX, sendo que nesta 90ª edição será também incluída a obra *Os Lusíadas*, tendo em vista uma proposta de configuração de um arco histórico-literário mais amplo e da possibilidade de termos uma aula em que os alunos tenham a oportunidade única de poderem olhar para a primeira edição da obra.

Com a literatura veicula-se a história, a sociedade, enfim, um conjunto de referências que permitem aos estudantes desses cursos de verão situarem os textos no seu contexto histórico, compreendendo-os e interpretando-os até onde os seus saberes e os nossos o permitem. Juntamente com a compreensão dos textos, aspiramos, sempre, que haja lugar para experiências de experimentação da emoção que a literatura provoca em nós, por vezes, em momentos de um estranhamento inominável.

Neste testemunho despretensioso, justifica-se destacar algumas experiências. Começo com a referência a um curso monográfico sobre poetas contemporâneos que foi frequentado, entre outros, por estudantes luso-descendentes e por pessoas que tinham interesse em conhecer alguma poesia portuguesa do século XX. Os textos diziam alguma coisa aos alunos! Ninguém ficava indiferente ao “Cântico Negro”, de José Régio, ou à tristeza dorida de tantos sonetos de Florbela Espanca. Muitos descobriam, com interesse, a voz de Miguel Torga e outros saboreavam Eugénio de Andrade, outros ainda, encorajavam-se a ler um pouco mais de Herberto Helder. Uma antologia de textos policopiados circulava na sala do Centro de Literatura Portuguesa e os alunos anotavam sentidos possíveis, referências culturais, desbravavam imagens inusitadas.

O mesmo movimento ocorreu no caso do curso de Literatura Portuguesa no nível superior do Curso de Férias. É frequente a presença de alunos orientais (da China, de Macau e mesmo do Japão) e também de luso-descendentes residentes na Europa, nos EUA e no Canadá, a par, hoje em maior número, de alunos da América do Sul e Central.

No curso superior, e mesmo no complementar, comparecem sempre obras de Fernando Pessoa, Eça de Queirós, Almeida Garrett, facultando-se textos e materiais de apoio que permitam aos alunos adquirir o conhecimento de referências estéticas fundamentais sobre esses autores, situando-os no seu tempo.

Em muitos momentos, trata-se de oferecer aos estudantes referências muito genéricas, priorizando-se o conhecimento dos textos trabalhados em aula, numa abordagem necessariamente adequada ao nível das turmas. A maioria dos estudantes inclina-se para um exercício de compreensão dos textos num movimento que vai da leitura linear à experimentação de hipóteses interpretativas, com alguma cautela, o que se compreende e parece-me de louvar. Apesar de frequentarem o nível superior, esses alunos valorizam o enriquecimento linguístico também em aulas de literatura e assim não descuram a descodificação vocabular, a compreensão do metaforismo semântico e simbólico dos textos, construindo, em conjunto, hipóteses de interpretação devidamente sustentadas no conhecimento dos textos nas suas dimensões vocabular, semântica e sintáctica.

O que se ganha e o que se perde é a pergunta que me coloco ao longo dessas aulas, num experimentar de hipóteses de abordagem dos textos com os alunos. Ganha-se o gosto, o leitor, pessoas que com o esforço conjunto dos docentes do curso podem continuar a estudar Português. Talvez alguns textos de uma antologia pensada para esses estudantes fiquem fora do programa. Não ficam de fora, evidentemente, aqueles textos que constituem núcleos de textualidade canónica, isto é, textos que por serem representativos de períodos literários tecem diálogo com outros mais contemporâneos; ou, num movimento contrário, textos da literatura mais recente que nos levam a Pessoa e a Camões.

O que terá ficado na memória de leitura dos estudantes desse nível de ensino? Creio que, de acordo com as competências linguísticas em presença em diferentes níveis de ensino (superior e complementar), muitos poderão evocar nomes de autores estudados e serão capazes de situar os mesmos nos respectivos períodos literários. Imagino que também possam ter retido experiências dos serões de leitura, em Coimbra, dos textos que iriam ser, posteriormente, lidos e comentados em aula. Imagino que alguns não se esquecem de aulas leccionadas no espaço da sala de leitura do Instituto de Língua e Literatura Portuguesas, em que mais facilmente podiam consultar verbetes sobre autores em obras de referência como a *Biblos - Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, dicionários de literatura portuguesa (como os de Jacinto do Prado Coelho e de Álvaro Manuel Machado).

Sempre gostei de acompanhar os alunos do Curso de Verão nas suas pesquisas nas bibliotecas, porque penso que a presença do professor em momentos exteriores à aula também significa para eles a nossa atenção, disponibilidade e vontade de ajudar.

Ao pensar na memória dos estudantes, revisito também a minha. Leccionar esses cursos, após o período de aulas, representava uma carga, de trabalho acrescida. Apesar disso, não tenho dúvidas de que foi uma experiência compensatória. Depois de preparar os materiais para as aulas, nós, professores, acolhemos e somos acolhidos, há qualquer coisa no ar de alegre: os olhares descontraídos, o prazer de estar na Faculdade de Letras e na cidade de Coimbra, a correria durante os intervalos das aulas e, sempre, a sensação gratificante de que os alunos anseiam por aprender mais.

Os cursos, assumidos na íntegra, ou em parceria com os colegas, implicam a tarefa de reconfigurar o que havíamos planificado em função dos alunos que temos à nossa frente todos os anos.

Nesse esforço, os nossos programas são sempre programas abertos, que vão ser trabalhados de acordo com as competências linguísticas dos alunos e os seus conhecimentos em diversas áreas, desde a literatura à história, da arte à política. Muitos são estudantes de letras, de línguas e literaturas, outros não: tanto podem deter uma formação em medicina,

como em direito ou engenharia ou estarem em vias de conclusão do ensino secundário, como é o caso de uma maioria de alunos vindos de Macau que temos recebido em várias edições do curso.

Depois deste esboço das formações académicas, passo a sinalizar um pouco das matérias leccionadas, considerando o modernismo e Fernando Pessoa, aspectos da presença e do realismo queirosiano.

No modernismo português, interessa, na minha opinião, dar a conhecer as principais expressões literárias. Começando, pois, com um breve conspecto histórico sobre o Modernismo Português, nas artes, com suas interligações com a sociedade a nível europeu, é forçoso pararmos na geração de Orpheu e aí consagrarmos um pouco da nossa atenção à explicação sobre o surgimento e a evolução da heteronímia pessoana. Procuramos mostrar aos alunos como a poesia de Fernando Pessoa articula expressões estéticas.

Dizer que os alunos se entusiasмам com Fernando Pessoa é pouco. Ficam, parece-me, ávidos de ver mais, de ler mais. Alguns vão mesmo às livrarias à procura de antologias. Nos últimos anos, muitos interessaram-se pela antologia publicada pelas Edições 70, com um estudo de António Apolinário Lourenço.

As abordagens são conduzidas como se de uma narrativa aberta se tratasse, como se estivéssemos a potenciar aos alunos horizontes de uma viagem a fazer, quiçá para o resto da vida, pelas máscaras desse rosto que é Fernando Pessoa. Procuramos dar corpo à nossa voz na leitura, tanto quanto possível, bem expressiva dos textos. O retorno é interessante. Uma Babel de sons ecoa na sala quando os alunos elevam o tom para expressar a euforia de passagens da *Ode Triunfal* como:

Eia! eia! eia!

Eia electricidade, nervos doentes da Matéria!

Eia telegrafia-sem-fios, simpatia metálica do Inconsciente!

Eia túneis, eia canais, Panamá, Kiel, Suez!

Eia todo o passado dentro do presente!

Eia todo o futuro já dentro de nós! eia!

Eia! eia! eia!

Frutos de ferro e útil da árvore-fábrica cosmopolita!

Eia! eia! eia! eia-hô-ô-ô!

Penso que não entendem tudo, mas o coro de vozes relevando da energia da palavra em diferentes registos expressivos, pela carga de emoção visível nos olhos e no rosto de cada um, sugere o prazer de ler e de ouvir ler poemas como “Ó sino da minha aldeia”, “A Tabacaria”, entre outros. Com Caeiro, e quando possível, aprofundamos a abordagem da questão central do paganismo e do sensacionismo. Maior dificuldade mostram os alunos com Ricardo Reis, não só devido à sintaxe latinizante mas também devido a um vocabulário mais erudito.

Apesar da vontade de permanecer em Pessoa ser grande, temos de avançar, mostrando um movimento de aparente acomodação literária, para que os alunos entendam que, após a efervescência do grupo de Orpheu, se firmou uma geração que deu continuidade àqueles ventos libertários que revolucionaram a literatura em Portugal, envolvendo autores, acontecimentos literários, encontros entre escritores, publicações e reacções dos poderes oficiais.

Do longo tempo de publicação da Revista *Presença* (março de 1927 a fevereiro de 1940), retemos como fundamental, para o conhecimento dos alunos, elementos que permitam configurar uma visão global do espírito dessa geração, chamada o segundo Modernismo Português. Para além das ideias estéticas comungadas por membros que assumiram maior protagonismo (Régio, Gaspar Simões, entre outros), levamos uma mão cheia de poemas para leitura em aula, valorizando a diversidade temática. De José Régio, temos optado por poemas que tematizam a metafísica do eu, tingidas de uma religiosidade dramática e tendente a valorizar objectos, lugares, ritos como símbolos da fé e expressão de um conflito maior. A escolha de poemas de Casais Monteiro, movida por um interesse pessoal por este poeta, talvez não seja a mais acertada. Ocorre-me à memória algum cansaço dos alunos quando analisada esta poesia que expressa a metafísica do eu, dimensão também presente em poemas de Torga, durante a sua colaboração na *Presença*. Fica, pois, cumprida a abordagem da *Presença* e, no caso de Torga, avançamos para outras dimensões da

obra que não deixam de ser importantes e que, da nossa experiência, agrada aos estudantes. Com efeito, com este Montaigne do outro lado dos Pirinéus (nas palavras de Clayre Cayron, estudiosa e tradutora de Torga em França) os alunos descobrem um autor, cuja obra polifacetada merece continuar a ser objecto de leitura e de estudo em alguns casos, sobretudo da parte de estudantes que pretendem prosseguir estudos na área da Literatura Portuguesa. Muitos desses estudantes frequentam cursos sediados em departamentos de estudos hispânicos, onde a literatura portuguesa divide o espaço curricular com outras.

Continuemos o testemunho, agora com outros períodos literários. As escolhas, no que diz respeito ao realismo, feitas pelos docentes da área da literatura implicam geralmente a leitura de textos de Eça de Queirós. Tenho privilegiado textos de *Os Maias*, *O primo Basílio* e alguns contos. Com frequência, encontro estudantes que, no seu país, já tinham conhecimento da obra queirosiana e que demonstram interesse em realizar um pequeno trabalho. Eis aí mais uma oportunidade para os acompanhar na pesquisa bibliográfica, na selecção de materiais de apoio nas bibliotecas da Faculdade. A leitura de textos de Eça não dispensa um enquadramento histórico-literário. E, novamente, vamos encontrar alguns estudantes, cuja bagagem cultural e cujo conhecimento de conteúdos literários lhes permitem completar referências, contextualizar no espaço e no tempo toda uma série de referentes literários. Recordo-me de alunos luso-descendentes, oriundos da França, apontando sugestões de leitura em que convocavam os seus conhecimentos sobre *Madame Bovary*, de Flaubert. A abordagem daquilo que é uma espécie de cânone interpretativo de *Os Maias* em contexto escolar cede espaço para a leitura de textos, para exercícios escritos de paráfrase, sem que se exclua a possibilidade de movimentos de uma análise mais aprofundada. Na leitura desses textos, encontramos questões que merecem discussão conjunta: seja porque discordamos de referências e comentários que se não nos afiguram pertinentes, seja pelas oportunas problematizações.

Fica para um outro espaço um mapeamento mais completo das matérias que temos vindo a leccionar nos Cursos de Férias. Em síntese, e para dizer claramente do desejo que me move neste breve curso, diria que

aspiro a que os estudantes, mesmo os do nível complementar, com um desempenho linguístico com compreensíveis lacunas no início do curso, sejam capazes de, no final, erguer a sua voz, no seu Português, apontando os textos de que mais gostaram ou aqueles com os quais experimentaram uma maior dificuldade. Algo fica em nós desses momentos finais...

A concluir esta passagem pela memória lectiva nos Cursos de Férias, e agora num outro registo, não posso deixar de mencionar outros olhares e companhias, de dentro e de fora, da FLUC. O primeiro nome que me ocorre é o do Doutor Ludwig Scheidl. À sua pessoa devemos muito! Também não me esqueço do apoio da Dra. Clotilde Cruz. Hoje, devo particularmente gratidão ao Francisco Soares de Oliveira, provedor do estudante estrangeiro na FLUC, cuja disponibilidade, a tempo e horas, constitui um apoio imprescindível para o muito que desejamos fazer naquele período de tempo que transcorre tão rápido.

Numa das aulas da edição de 2011 do Curso de Férias, tivemos o privilégio de receber a visita da Doutora Ellen Sapega, professora do Departamento de Espanhol e de Português da Universidade Winsconsin-Madison, conhecida estudiosa no âmbito da literatura portuguesa.

Movida pelo interesse de inteirar-se do nível de abordagem dos assuntos, quanto a aspetos teóricos, históricos e didáticos, a professora considerou ajustada a distribuição dos alunos, no que tocava à literatura portuguesa. Um tal olhar “in praesentia” do nosso desempenho e dos alunos constituiu uma experiência gratificante, que gostaríamos de repetir com docentes de outras universidades.

CAP. 4. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA NOS CURSOS DE FÉRIAS DA FLUC (DO FINAL DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO DERRUBE DO ESTADO NOVO)

João Paulo Avelãs Nunes

(FLUC e CEIS20 da UC, jpavelas@fl.uc.pt)

1. Introdução

Visa-se, neste capítulo, por um lado caracterizar e contextualizar os Cursos de Férias de Língua e Cultura Portuguesas assegurados pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) desde 1925 até aos nossos dias; por outro, reconstituir e analisar o discurso historiográfico neles produzido e divulgado. Tratando-se, no essencial, de uma modalidade de extensão universitária destinada a promover o conhecimento da língua portuguesa, incluíram desde o início módulos vocacionados para a divulgação da história, da cultura e da arquitectura político-institucional nacionais junto de cidadãos de outros países. Dadas as implicações ideológicas desses objectivos, considerou-se relevante verificar como os mesmos tinham sido concretizados no final da Primeira República e, depois, durante a Ditadura Militar e o Estado Novo.

Para além da FLUC, também a Câmara Municipal de Coimbra, a Junta Nacional de Educação, o Instituto para a Alta Cultura (IPAC) — depois Instituto de Alta Cultura —, o Secretariado da Propaganda Nacional — depois Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo,

depois Direcção-Geral de Informação — e outros organismos estatais participaram, ao mais alto nível, na concepção e na organização dos referidos Cursos.

O corpo docente dos Cursos de Férias foi constituído, até ao fim do Estado Novo, por professores da FLUC e de outras Faculdades da Universidade de Coimbra — sobretudo da Faculdade de Direito (FDUC) —, por docentes do ensino liceal, investigadores não universitários, etc. Os professores universitários envolvidos estavam, quase sempre, muito próximos do Estado Novo e desempenhavam funções de destaque nas respectivas faculdades. O Director dos Cursos foi, por inerência, o Director da FLUC. Em acréscimo às actividades lectivas formais (aulas teóricas e aulas práticas), os Cursos de Férias incluíram conferências, visitas de estudo, provas (orais e escritas) de avaliação, iniciativas complementares (espectáculos, exposições, etc.).

Na elaboração deste esboço de análise, utilizámos, quer bibliografia de enquadramento, quer documentação existente no arquivo da FLUC (séries incompletas de folhetos e brochuras de divulgação, de livros de sumários; dois manuais de história de Portugal fornecidos aos estudantes estrangeiros) e relatórios sobre os Cursos de Férias publicados na revista *Biblos*⁸. Tal como se afirmou no início da Introdução, considerou-se mais a memória sobre a realidade portuguesa veiculada para públicos estrangeiros do que os Cursos na sua globalidade. Compara-se, finalmente, esse registo (formal ou informal) com o discurso historiográfico divulgado nos cursos de licenciatura da Faculdade⁹.

⁸ Cfr. AFLUC, Arquivo do Gabinete de Relações Internacionais da FLUC — *Curso de Férias de Língua e Cultura Portuguesas (1925-1974)*.; J. Ameal, s.d.; *Congresso Internacional* [...], 1961; A. Cruz, 1931; *Curso de Férias* [...], 1937; *Curso (XV) de Férias* [...], 1939; *History of Portugal*, s.d.; J.M. Remédios, 1925; J.M. Remédios, 1926; J.M. Remédios, 1927; J.M. Remédios, 1928; J.M. Remédios, 1929; J.M. Remédios, 1930; M.A. Rodrigues, 1991; T.B.S. Soares, 1939; T.B.S. Soares, 1941a; T.B.S. Soares, 1941b; T.B.S. Soares, 1942.

⁹ Cfr. *Biblos* [...], 2011; F. Catroga, 2001; J.P.A. Nunes, 1994; J.P.A. Nunes, 1995; J.P.A. Nunes, 2012; J.P.A. Nunes, 2013b; *Revista Portuguesa de História* [...], 2011; L.R. Torgal, 1989; E. Traverso, 2012.

2. Caracterização geral

Apesar de ter sido criada em 1911, foi em 1925 — ano anterior ao da substituição da Primeira República pela Ditadura Militar — que a FLUC passou a assegurar o funcionamento de Cursos de Férias. Nos termos da legislação em vigor, destinavam-se os mesmos, por um lado a estudantes estrangeiros, por outro a portugueses¹⁰. Durante os primeiros anos foram sobretudo frequentados por cidadãos portugueses, antes de mais por docentes do ensino liceal. Anunciados também para 1925, os Cursos Anuais de Língua e Cultura Portuguesas — então designados Cursos Gerais de Filologia Portuguesa — acabaram por só ser leccionados a partir de 1956/1957.

Nas palavras de Joaquim Mendes dos Remédios, Director da Faculdade em 1926, «concluído o Curso de Férias que a Faculdade de Letras de Coimbra inaugurou com tanto êxito e simpatia pública o ano passado pela primeira vez em Portugal, tenbo a honra de, em sucinto relatório, dar conta a V^a. Ex^a. do modo como ele decorreu e dos resultados atingidos [...]. O Curso de Férias, Sr. Ministro, é uma obra duplamente patriótica — como instrumento de expansão da língua e cultura portuguesa no estrangeiro e como instrumento de extensão universitária no meio português»¹¹.

Realizados nos meses de Julho e Agosto (ou Junho e Julho) de 1925 até aos nossos dias, têm sido estruturados em diferentes níveis de dificuldade. Inicialmente, utilizaram-se as designações “elementar, complementar, superior, de actualização para professores dos Liceus e Colégios” para identificar cada um dos percursos delimitados. No que concerne aos estudantes nacionais, afirmou-se que os mesmos proviriam do universo dos indivíduos que

«não podendo frequentar os cursos regulares das Faculdades, pretendam adquirir novos conhecimentos ou actualizar e melhorar noções antigas e portanto já muito afastadas das mais recentes conquistas da ciência»¹².

¹⁰ Cfr. Decreto n.º 7: 361, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa [COLP]*, 1921, 1.º Semestre, p. 128.

¹¹ Cfr. J.M. Remédios, 1926, p. 5.

¹² Cfr. Decreto n.º 7: 361, *COLP*, 1921, 1.º Semestre, p. 128.

Tal como relativamente a vários outros aspectos da vida colectiva, na fase final da Ditadura Militar e durante o Estado Novo o poder político encarou de forma sistemática a possibilidade de, através do controlo dos Cursos de Férias, encontrar mais uma forma de divulgar para o estrangeiro a sua imagem do passado, do presente e das perspectivas de evolução futura de Portugal (“Metrópole, Ilhas Adjacentes e Colónias”). Quanto aos módulos de cariz historiográfico, ter-se-ia verificado a imposição da hegemonia do historicismo neo-metódico, ou seja, da leitura oficiosa da história construída e generalizada pelo regime por corresponder ao respectivo perfil político-ideológico¹³.

O que, no último ano da Primeira República e nos inícios da Ditadura Militar não passou de uma colaboração entre a FLUC e organismos do poder central e do poder local, da transmissão de valores culturais e ideológicos num clima de relativo pluralismo, transformou-se, a partir de 1930, numa postura de enquadramento político-administrativo. Pretendeu-se, consciente e explicitamente, transformar os Cursos de Férias em eficazes veículos de propaganda da ditadura.

Sobre a primeira etapa, atente-se nas seguintes afirmações de Joaquim Mendes dos Remédios, produzidas em 1925 na qualidade de Director da FLUC e do I Curso de Férias:

«Ganba terreno dia a dia a iniciativa patriótica dos Cursos de Férias. A toda a parte onde chega o seu conhecimento não há senão a mesma palavra de aplauso e de louvor. É nas regiões oficiais, é entre Professores, é entre políticos de qualquer matriz. Todos compreendem que vai nessa empresa a mais bela e mais simpática de quantas tentativas de aproximação recíproca de Portugal e dos países estrangeiros que marcham na vanguarda do progresso e da civilização que até agora se tem feito [...].

Mais que as promessas de estadistas e políticos, mais do que as afirmações, tantas vezes hipócritas e mentirosas dos protocolos, valem as trocas de ideias fundadas nos cérebros dos pensadores [...]. Nós criaremos pelos Cursos de Férias amizades e dedicações que sobrevivem a todos os

¹³ Cfr. J. Nunes, 1993; J. Nunes, 1995; J. Nunes, 2000; J. Nunes, 2013a.

dissentimentos e a todas as rupturas políticas. Vivemos noutra região, que não é a das paixões de extermínio. Uma pomba voa por cima das nossas cabeças e leve, aérea, serena, acolhedora, segura no bico o seu ramo de oliveira»¹⁴.

Acerca do segundo período, observem-se as expressões de Torquato de Sousa Soares (professor de História da FLUC), que, em 1939, caracterizou da forma inequívoca o XV Curso de Férias, realizado sob o patrocínio do IPAC com um pouco mais de cinquenta inscritos (nacionais e estrangeiros):

«Tendo por finalidade o desenvolvimento e a expansão da língua portuguesa, o Curso de Férias procurou ainda proporcionar, especialmente aos seus alunos estrangeiros, uma visão clara da actividade nacional em todos os seus aspectos, fazendo ressaltar da própria eloquência dos factos, embora sem intuítos de propaganda, a nossa capacidade realizadora, sempre com a preocupação mais alta de servir o interesse nacional [...].

Reservado o dia 20 de Julho para as inscrições, foi o Curso de Férias inaugurado no dia seguinte numa sessão solene a que presidiu o Vice-Reitor da Universidade e a que assistiram, além dos professores da Faculdade (entre os quais os antigos Directores Doutor António de Vasconcelos e Doutor Eugénio de Castro), o Secretário para a Alta Cultura, representando o Presidente da Direcção, e as autoridades civis e militares. Aberta a sessão, o Director da Faculdade, Prof. Doutor Providência e Costa, proferiu algumas palavras sobre a história e o significado dos Cursos de Férias; e, seguidamente, o Prof. Damião Peres [...] versou a Formação da Nacionalidade Portuguesa [...].

Depois, no salão central da Faculdade, procedeu-se à abertura duma exposição fotográfica, etnográfica e bibliográfica organizada com a colaboração do Secretariado da Propaganda Nacional, da Agência Geral das Colónias, da Junta de Província do Douro Litoral, da Casa da Madeira, do Grémio dos Açores [...], em que estavam representadas não só as províncias do continente, mas também os arquipélagos adjacentes e todas

¹⁴ Cfr. J. M. Remédios, 1925, p. 96/97.

as possessões coloniais. Assim, num grande friso com uma extensão de mais de quarenta metros, sob a representação heráldica de cada década uma das províncias ou das respectivas capitais, foram expostas centenas de fotografias representando paisagens, monumentos e costumes em toda a extensão do Império desde o Minho e Trás-os-Montes até Macau e Timor. Ao centro, o grande planisfério luminoso que figurou na Exposição Histórica da Ocupação, de 1937, indicava as rotas das grandes viagens descobridoras dos séculos XV e XVI; e, sobre mesas, viam-se manequins ostentando diferentes trajos regionais portugueses, espécimes de arte indígena e ainda uma preciosa colecção de livros modernos e antigos, nacionais e estrangeiros, sobre diferentes aspectos da vida portuguesa. Então, o Prof. Doutor Amorim Girão, em rápida mas expressiva síntese, referiu-se a cada uma das províncias do Império, acentuando, através da infinita variedade de paisagens, de climas, de costumes e de raças, o mesmo sentido de Pátria que as une e vivifica, estando assim em todas elas, desde o Minho a Timor, bem presente Portugal»¹⁵.

Um sintoma relativamente inequívoco da forma como o Estado Novo encarou os Cursos de Férias está na criação do módulo Corporativismo Português, leccionado entre 1938 e 1944 pelo magistrado Abranches Tavares. Significativamente, a partir de 1945, ano da derrota dos principais regimes corporativistas a nível europeu e mundial, o módulo em causa foi descontinuado. Com pequenas variações de ano para ano, o programa de Corporativismo Português incluiu os seguintes temas: antecedentes históricos do corporativismo moderno, antecedentes económicos e políticos, teoria geral do corporativismo, as realizações portuguesas, a experiência portuguesa e o movimento corporativo europeu. Foi, ainda, citada a seguinte bibliografia: José Teixeira Ribeiro, *Princípios e fins do corporativismo português*; Mário de Figueiredo, *Princípios fundamentais do sistema corporativo*; Marcelo Caetano, *Sistema corporativo*; João da Costa Leite (Lumbrales), *Doutrina corporativa*.

¹⁵ Cfr. T. B. S. Soares, 1939, p. 604-606.

Em 1964 e 1965, Afonso Rodrigues Queiró e Rogério Soares — ambos docentes da FDUC — asseguraram a leccionação de mais um módulo vocacionado para a “formação política” dos estudantes dos Cursos de Férias: Aspectos Constitucionais, Administrativos, Corporativos e Ultramarinos do Estado Português Contemporâneo. Os anos em causa integraram, em termos globais, uma nova conjuntura de endurecimento da ditadura face ao aumento da contestação interna, ao início das guerras coloniais e ao reforço do isolamento externo mesmo perante países como os EUA, o Reino Unido, a França e a RFA.

Os valores do colonialismo português estiveram também presentes, de forma marcada e continuada, no módulo Geografia de Portugal e Colónias — mais tarde Geografia de Portugal Metropolitano e Ultramarino —, de acordo com as opções do regime e com as etapas do processo de evolução do sistema de relações internacionais. No primeiro momento, explicitava-se a partilha de concepções assumidamente darwinistas sociais e nacionalistas (“raças” ou povos superiores e inferiores). Na segunda fase, tentava-se apresentar os “territórios não autónomos” como parcelas pluricontinentais de um mesmo Estado-Nação construído ao longo de séculos de história em comum.

3. História e historiografia

Entre 1925 e 1974, os Cursos de Férias incluíram, quase sempre, dois módulos da área da história, um relativo ao “Portugal Metropolitano” (“Continente e Ilhas Adjacentes”) e o segundo sobre as “Colónias” ou acerca das “Províncias Ultramarinas”. As designações variaram ao longo dos anos, talvez mais de acordo com as necessidades da política de propaganda da ditadura do que em resultado de critérios historiográficos. Esporadicamente, surgiram, no entanto, outros módulos dedicados ao estudo da história da actividade colonial portuguesa ou de outros temas monográficos da história de Portugal. São estes os limites temáticos do objecto de apreciação que tentamos caracterizar e interpretar.

No ano de 1925, o módulo de História de Portugal foi assegurado por António de Vasconcelos (primeiro Director da FLUC), Manuel Gonçalves Cerejeira (professor de História da FLUC e futuro Cardeal Patriarca de Lisboa) e João Serras e Silva (professor das Faculdades de Medicina e de Letras da Universidade de Coimbra). Manuel Gonçalves Cerejeira responsabilizou-se, ainda, pela conferência “Algumas figuras de mulheres portuguesas”. Em 1926 e 1927, este professor da FLUC voltou a leccionar História de Portugal, tendo sido realizadas no ano de 1926 três conferências complementares sobre temas de história: “Problemas de história de Portugal esclarecidos por documentos do arquivo de Simancas”, proferida por Queirós Veloso; “A história de Inês de Castro contada por D. Pedro o Cru”, da autoria de António de Vasconcelos; “Rainhas e Princesas de Portugal”, da responsabilidade de Manuel Gonçalves Cerejeira.

Em 1928, o docente responsável por História de Portugal foi Luís Cabral de Moncada (professor da FDUC), tendo António de Vasconcelos proferido a conferência “D. Isabel de Aragão, sua cooperação com a política de D. Dinis”. Entre 1929 e 1934, Manuel Lopes de Almeida (professor de História da FLUC e futuro Ministro da Educação Nacional) leccionou os módulos História de Portugal e História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa, acompanhado, no caso de História de Portugal, por Mário Brandão (professor de História da FLUC). Agostinho Fortes proferiu em 1930 a conferência “A civilização moderna é resultante da acção consciente da actividade portuguesa no século XV. O Renascimento só muito mais tarde contribuiu para a evolução social da civilização de hoje”. Gonçalo Reparaz realizou três conferências intituladas, respectivamente, “Descobrimentos portugueses. Os percursos”, “Descobrimentos portugueses. A época das grandes descobertas”, “O Cardeal-Rei D. Henrique. Novos aspectos da sua história”.

No ano de 1935, Manuel Lopes de Almeida estruturou o programa do módulo História de Portugal em torno da problemática “Evolução das ideias políticas e sociais em Portugal”, tendo Damião Peres (professor de História da FLUC) apresentado a conferência “Os Descobrimentos portugueses e os seus reflexos na história nacional e universal”. Os Cursos de 1936 e 1937 viram História de Portugal ser assegurada por Damião

Peres e História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa por Mário Brandão.

Em 1938, História de Portugal foi leccionada por quatro docentes: Damião Peres (duas aulas sobre As origens da nacionalidade portuguesa), Torquato de Sousa Soares (quatro aulas sobre O regime urbano português na Idade Média — primeira referência explícita a um tema de história social e político-institucional, na linha da história económica e social clássica e da história político-institucional clássica), Mário Brandão (duas aulas sobre O Renascimento em Portugal) e Manuel Lopes de Almeida (uma aula sobre Tentativas de reintegração de Portugal na política europeia dos séculos XVII e XVIII e uma aula acerca de As ideias da Revolução Francesa em Portugal — primeira referência à história contemporânea e, dentro desta, a uma temática que esteve afastada dos cursos de licenciatura da FLUC entre 1928/1929 e 1969/1970).

Algo de semelhante se deu com o módulo História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa nesse mesmo ano de 1938: Manuel Lopes de Almeida foi responsável por cinco aulas (A expansão portuguesa nos séculos XV e XVI, A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil, Afonso de Albuquerque e o Império Português), Damião Peres por duas aulas (Viagens terrestres, Os Descobrimentos e o seu significado na história da Civilização) e Albin E. Beau assegurou uma aula (A visão imperialista do Padre António Vieira). Ocorreram, ainda, três aulas sobre Os portugueses em África nos séculos XIX e XX, segundo afloramento da história contemporânea sem que, neste caso, tivesse sido possível identificar o docente responsável.

Torquato de Sousa Soares assegurou, em 1939, o módulo único de história — História de Portugal e da Expansão Portuguesa no Mundo —, tendo abordado temas que foram da “invasão sarracena” [muçulmana] da Península Ibérica no século VII ao Estado Novo. Surgiu, assim, um programa que, ao contrário do que acontecera nos Cursos de Férias e do que ocorreu nos cursos de licenciatura, integrava vários tópicos de história contemporânea de Portugal. A leitura da história nacional então apresentada era marcada por preocupações de cariz sobretudo ideológico. Esteve-se perante a glorificação do “passado da Pátria” e a legitimação

do Estado Novo enquanto movimento regenerador e de recuperação da grandeza perdida; a condenação dos “erros” do liberalismo conservador monárquico e do demoliberalismo (monárquico e republicano). Manteve-se a quase total ausência da história económica e social, tendo as únicas exceções resultado de algumas referências a medidas de política económica tomadas durante o reinado de determinados monarcas.

Segundo o próprio Torquato de Sousa Soares, a

«distribuição das matérias fez-se do seguinte modo: O ocidente da Península antes e depois da invasão sarracena; as lutas da Reconquista a construção do Condado Portucalense. Definição e organização do território nacional. A crise política de 1383-1385 e a consolidação da independência. A nova expansão ultramarina com o Infante D. Henrique, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel. Novos rumos da política nacional: D. João III e D. Sebastião. A crise da independência e o Governo dos Filipes. A Restauração na Metrópole e no Ultramar. D. João V e D. José; as reformas e as iniciativas do Marquês de Pombal e de D. Maria I. As invasões francesas e as lutas liberais; reorganização interna. Ocupação política e científica das novas colónias africanas; a queda da Monarquia. A Grande Guerra e as suas consequências; a Revolução Nacional e o Estado Novo Corporativo»¹⁶.

Coerentemente com estes princípios orientadores, as conferências proferidas a partir de uma perspectiva historiográfica versaram temas como “A formação da Nacionalidade Portuguesa” e “A Restauração da Independência em Portugal”, por Damião Peres; “A crise da Nacionalidade nos fins do século XIV” e “Aspectos políticos e sociais do século XVIII em Portugal”, da responsabilidade de Manuel Lopes de Almeida (com uma leitura em alguns aspectos heterodoxa acerca de 1383-1385 na primeira conferência¹⁷; com um elogio, ainda que renitente e parcial, à política

¹⁶ Cfr. T. B. S. Soares, 1939, p. 608/609.

¹⁷ «Perante as indecisões da regente D. Leonor Teles, esboça-se em Lisboa um movimento de protesto que em breve será uma verdadeira revolução nacional chefiada pelo Mestre de Aviz e secundada pelo burguês Álvaro Pais, pelo legista João das Regras e pela radiosa

pombalina de modernização na segunda conferência); “Aspectos da colonização portuguesa em Angola e Moçambique”, por Anselmo Ferraz de Carvalho (glorificadora do esforço de “fixação” e de “civilização” que, à semelhança do ocorrido no Brasil, os portugueses estariam a realizar em África); “O movimento da independência do Brasil”, da responsabilidade de Torquato de Sousa Soares; “O Brasil: a terra e o homem”, por Orlando Ribeiro (numa perspectiva próxima do “luso-tropicalismo” de Gilberto Freyre).

O programa delineado em 1939 por Torquato de Sousa Soares foi por ele próprio mantido, com ligeiras alterações, em 1940, 1941 e 1944. Na documentação relativa a 1940 detectámos, ainda, as primeiras referências bibliográficas, limitadas a duas obras representativas da memória histórica e da historiografia oficiais do Estado Novo. Uma de nível liceal e a outra no plano da sistematização de resultados de investigação monográfica: *Compêndio de História de Portugal*, de António Gonçalves Mattoso e *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres. No ano de 1942, Torquato de Sousa Soares voltou a limitar as referências à história de Portugal aos períodos medieval e moderno (vertentes político-institucionais, militares e da cultura erudita). Em 1943, o módulo de história do Curso de Férias, atribuído a Damião Peres, foi, por impossibilidade e sugestão deste, assegurada por Alberto Martins de Carvalho.

As conferências que, durante os seis anos em apreço, versaram temas de história, tiveram os seguintes títulos e autores: “Sobre as origens da Nacionalidade”, por Orlando Ribeiro; “Acção dos portugueses no descobrimento da terra” e “Portugal na história da Civilização”, da responsabilidade

mocidade de Nuno Álvares Pereira. Revolução profunda, que transformou completamente a vida da Nação, estabelecendo uma nova organização social pelo triunfo da vontade popular contra grande parte da nobreza que encarnava a legalidade, o mesmo é dizer, a adesão a Castela [...]. Por outro lado, a jornada de Aljubarrota marca o fim da Idade Média em Portugal, e, se sob o aspecto militar representa a derrota da cavalaria como formação de combate, sob o aspecto económico e social significa a queda da monarquia agrária e o advento da burguesia que vai encontrar no comércio e na navegação a primordial fonte da sua actividade. Surge então uma nova geração de gentes que criará as possibilidades de abrir a época da Expansão». (Cfr. Curso (XV) de Férias [...], 1939, p. 62)

de Damião Peres¹⁸; “As missões católicas na evolução político-social da Guiné portuguesa”, por António Joaquim Dias; “Presores-Bandeirantes ou a vocação civilizadora de um povo”, da responsabilidade de Torquato de Sousa Soares, na qual foi defendida a tese segundo a qual *«a obra de colonização do Brasil entroncava na obra de colonização de Portugal, sendo o espírito que animou os bandeirantes o mesmo que, séculos antes, animava os presores na sua faina repovoadora»* ¹⁹.

Durante os dezasseis anos seguintes (entre 1945 e 1960), o módulo de história de Portugal foi, com várias designações, da responsabilidade de Manuel Lopes de Almeida. Optou-se, predominantemente, por caracterizar as vertentes políticas e institucionais, militares e culturais da realidade portuguesa entre o século XII e o século XVIII. Apesar de tudo, nos anos de 1948 a 1958 e à semelhança do que já tinha sido feito por Torquato de Sousa Soares, Manuel Lopes de Almeida abordou, também, partindo das mesmas regionalidades, os séculos XIX e XX. De 1961 a 1974, Salvador Dias Arnaut (professor de História da FLUC) assegurou o módulo em causa — colaborava na leccionação do mesmo desde 1958 —, sempre com um programa idêntico ao adoptado nos anos de 1939 e 1944, de 1948 a 1958, isto é, com história contemporânea mas quase sem história económica e social.

Em 1958 foram criados dois novos módulos de história: Ideias e Figuras da História de Portugal na 2ª Metade do Século XVII e Capítulos de História do Brasil, ambos leccionados por Manuel Lopes de Almeida. O primeiro existiu até 1960, mas o segundo foi extinto logo em 1959. No Curso de Férias de 1961, este professor regeu, ainda, um módulo intitulado A Vida e a Cultura Portuguesa no Século XVIII: Algumas Notas

¹⁸ *«Os portugueses de hoje podem, por tantos títulos, orgulhar-se da magnífica obra dos seus antepassados. Encerrado há muito tempo o período espectacular da expansão, eles mantêm vivo o espírito que os animou, prosseguindo na África uma obra de aproveitamento e progresso, dia a dia mais intensa, e guardando amorosamente na Ásia e na Oceânia alguns postos que avultam como ilhas dispersas num mar de recordações. Nem um só palmo de terra portuguesa deixou de custar sangue, trabalho e pensamento. Seria isso já um claro título dos direitos de Portugal no Mundo; mas há que acrescentar-lhe a contribuição portuguesa, não excedida por ninguém, para o progresso geral da Humanidade».* (Cfr. T.B.S. Soares, 1942, p. 567)

¹⁹ Cfr. T.B.S. Soares, 1942, p. 582.

de História Social — uma das poucas referências directas e concretas à história social, embora não tivesse sido possível verificar que questões foram abordadas e qual a perspectiva historiográfica adoptada. Manuel Lopes de Almeida voltou a responsabilizar-se, no ano de 1964, pela leccionação de um módulo especializado no tratamento monográfico de um tema, no caso, e quebrando novamente o *tabu* da história contemporânea, Génese e Desenvolvimento do Sistema Representativo em Portugal.

Nos anos de 1965 a 1974, História de Portugal surgiu separada do estudo da expansão colonial portuguesa, passando estas problemáticas a ser consideradas em dois módulos autónomos, que se sucederam no tempo e foram da responsabilidade de Salvador Dias Arnaut: A Presença dos Portugueses em África (1965-1970) e A Colonização do Brasil (1971-1974). Em 1971, Manuel Lopes de Almeida substituiu Salvador Dias Arnaut na leccionação do Curso Geral de História de Portugal e de A Colonização do Brasil, não tendo daí resultado mudanças significativas, quer ao nível dos programas, quer das concepções historiográficas cooptadas.

Quanto a conferências da área da história proferidas no âmbito dos Cursos de Férias da FLUC desde 1945 até 1974, em 1945 Mário Brandão foi responsável pela palestra “Coimbra na Crise de 1580” e Torquato de Sousa Soares pela conferência “A formação de Portugal”. No ano de 1946, as palestras versaram “A Universidade de Coimbra no Renascimento” (por Mário Brandão) e “A Revolução de D. Afonso Henriques” (iniciativa de Torquato de Sousa Soares). Em 1947, este mesmo professor abordou o tema “Carácter e sentido da Reconquista Cristã”.

Em resultado das comemorações “histórico-patrióticas” do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique — o “pai dos Descobrimentos portugueses” —, foram integradas no XXXVI Curso de Férias (de 11 de Julho a 20 de Agosto de 1960) trinta e seis conferências sobre o Infante D. Henrique (vida e obra); a historiografia dos Descobrimentos; a literatura dos Descobrimentos; a cartografia dos séculos XV e XVI; navios, arte de navegar e homens do mar no século XV; a arte na época dos Descobrimentos; os “novos mundos” (sua revelação e consequências no âmbito do moderno conhecimento geográfico). Realça-se a ausência de história económica e social num ciclo de palestras associado à posterior

realização em Lisboa, de 5 a 12 de Setembro de 1960, do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos²⁰.

Finalmente, a lição inaugural do Curso de Férias de 1966 foi da responsabilidade de Manuel Lopes de Almeida, que abordou um tema integrável na história da cultura erudita e da glorificação de um dos “períodos simbólicos” (de um dos “momentos heróicos”) da história de Portugal tal como esta era apresentada pelo Estado Novo: “Relações literárias de D. Francisco Manuel de Melo” — ou a conjuntura envolvente da “Restauração da Independência” em 1640.

4. Conclusão

Numa tentativa de balanço global, pode afirmar-se que, nos Cursos de Férias da FLUC realizados de 1925 a 1974, o peso atribuído à história económica e social foi muito limitado. Quase sempre, os temas de história económica e social abordados limitaram-se à descrição das medidas de política económica e social tomadas por monarcas ou outros governantes. Predominou, pois, a história política, institucional, militar e da cultura erudita. Se, nos primeiros anos (até 1937), a Época Contemporânea foi ignorada, entre 1938 e 1974 — ao contrário do que acontecia nas disciplinas de história dos cursos de licenciatura — a história contemporânea de Portugal passou a ter presença regular²¹.

Verifica-se, assim, que os mesmos docentes adoptaram atitudes diferentes nos cursos de licenciatura e nos Cursos de Férias. A explicação para esta dualidade de critérios poderá encontrar-se na vontade de apresentar aos estudantes estrangeiros uma visão orientada da “totalidade da experiência histórica portuguesa”, incluindo mesmo os períodos mais recentes (polémicos e “maléficos”). Tratava-se, não de uma formação longa para especialistas, futuros agentes de produção e/ou reprodução de discurso

²⁰ Cfr. *Congresso Internacional* [...], 1961.

²¹ Cfr. G. Bourdê, 1990; M. M. Carvalho, 2005; H. Couteau-Bégarie, 1983; M. Ferro, 1985; S. C. Matos, 1990; J. P. A. Nunes, 1995; L. R. Torgal, 1996.

historiográfico, mas de uma abordagem de curta duração e de divulgação de memória histórica para um público relativamente diversificado.

Mau grado o facto de, na generalidade dos casos, a presença de vectores ideológicos (da ideologia do Estado Novo) ter sido mais marcante e explícita nos Cursos de Férias do que nos cursos de licenciatura, alguns docentes assumiram posturas historiográficas relativamente menos conservadoras. Citam-se os exemplos de Manuel Lopes de Almeida quando abordou temas de história das mentalidades, de história social e de história contemporânea; Salvador Dias Arnaut ao leccionar temas de história contemporânea; Torquato de Sousa Soares ao oscilar entre, por um lado, a relativa modernidade, quer das referências à história social e à história contemporânea, quer da utilização pontual dos pressupostos da história institucional e política clássica e da história económica e social clássica, por outro a defesa dos mitemas relacionados com os períodos da “formação da Nacionalidade” e da “construção do Império”.

Quanto ao discurso sobre a história de Portugal proposto aos estudantes dos Cursos de Férias da FLUC, o mesmo terá sido estruturado de forma a gerar uma sensação geral de “coerência narrativa” e de inevitabilidade teleológica. À semelhança do que ocorreu, também durante o Estado Novo, no âmbito da “literatura histórica para crianças”, a realidade era descrita de forma a aproximar-se de uma “epopeia grandiosa”, quer no plano interno (onde, no essencial, teria existido glória, dificuldades momentâneas, superação dessas mesmas dificuldades e mais glória), quer no plano externo (onde Portugal teria desempenhado e continuaria a concretizar um papel ímpar como motor e garante da “Civilização Cristã Ocidental”).

Com esse objectivo, concentrou-se a atenção na actividade das “grandes personalidades” e fizeram-se apreciações qualitativas ou juízos de valor anacrónicos. Atribuiu-se um peso mínimo aos fenómenos considerados “negativos” ou “polémicos”: a Inquisição e as políticas anti-judaicas, a crise do “Império do Oriente”, o reinado de D. Sebastião, a escravatura durante a Época Moderna, a exploração dos territórios coloniais, os conflitos liberais e o anti-clericalismo, o atraso industrial no século XIX e inícios do século XX, o analfabetismo e a emigração em larga escala, etc.

Integraram-se na “gesta nacional” personalidades e processos inicialmente condenados pelos intelectuais integralistas e pelos católicos corporativistas (vejam-se os exemplos da governação pombalina, do “fontismo” e da “estratégia africanista” da segunda metade do século XIX).

Afirmou-se que os portugueses teriam sido, durante a Idade Média, os “fronteiros do Ocidente” contra a “ameaça sarracena”; na Época Moderna, os descobridores, evangelizadores e civilizadores de “novos mundos” (depois “humanistas e universalistas” ou “luso-tropicalistas”), os guardiões do Ocidente contra o “perigo turco”, os defensores da unicidade católica; na Época Contemporânea, um modelo de nacionalismo corporativista moderado, bastião da “Civilização Cristã Ocidental” (nas “províncias europeias e ultramarinas”) contra os crimes do demoliberalismo e do comunismo, contra os excessos dos totalitarismos italiano ou alemão.

Os “momentos simbólicos” da história de Portugal, tal como esta era encarada e apresentada pelo Estado Novo, estiveram sempre presentes e constituíram a quase totalidade da memória histórica divulgada nos Cursos de Férias da FLUC: a “fundação da Nacionalidade” e a “plenitude medieval”, a “crise nacional de 1383-1385”, os Descobrimentos e a expansão colonial (ou “ultramarina”), a “crise de 1580” e a Restauração da independência, a “governação pombalina” e o sucesso da “construção do Brasil” nos séculos XVII e XVIII, a “colonização de África” nos final do século XIX, o Estado Novo no século XX.

O carácter determinante dos valores ideológicos do regime — nacionalismo, colonialismo, corporativismo, catolicismo — é, ainda, detectável, por exemplo, se analisarmos os temas das conferências realizadas no âmbito dos Cursos de Férias. Das sessenta e seis palestras rastreadas, quarenta e três versaram temáticas ligadas aos Descobrimentos e à fixação colonial dos portugueses (trinta seis das quais em 1960, no âmbito das “comemorações henriquinas”); seis, a “formação de Portugal”; cinco, a conjuntura de “perda” e “recuperação” da independência entre 1580 e 1640; quatro, aspectos biográficos de rainhas, princesas e outras “figuras de mulheres portuguesas”; três, a evolução e as características do Brasil como “produto da acção civilizadora e universalista de Portugal”; cinco versaram outros assuntos (“problemas de história de Portugal”, a “crise da nacionalidade” em 1383-1385, o século

XVIII em Portugal do ponto de vista social e político, Portugal na história da “Civilização”, a Universidade de Coimbra durante o Renascimento).

Predominou uma periodização de tipo factualista, baseada na sucessão de reinados; na actuação de reis, rainhas, governantes, chefes militares e “intelectuais”; em “grandes acontecimentos” de cariz sobretudo político-militar. Esporadicamente, aquando da análise das “crises nacionais” de 1383-1385 e de 1637-1640 ou da “gesta descobridora e colonizadora”, refere-se a existência de uma mítica entidade colectiva (o “povo português”), socialmente indiferenciada mas que, nesses momentos de dificuldade ou de ausência de “elites dirigentes dignas”, é apresentada como sendo detentora das “virtudes da Nação”. Manteve-se uma postura historiográfica etnocêntrica, bem visível, por um lado no modo como foram retratados os ‘figurantes’ não europeus intervenientes na “epopeia histórica portuguesa”, por outro, na utilização de um substantivo singular sempre que se fazia referência a fenómenos civilizacionais: “civilização” era sinónimo de “a Civilização Cristã Ocidental”.

Tal como no caso dos cursos de licenciatura assegurados pela FLUC, também nos Cursos de Verão o regular funcionamento das actividades lectivas e outras parece ter-se sobreposto a todas as “grandes ocorrências” de natureza associativa, política ou militar. Evocam-se, a este propósito, o Golpe Militar de 28 de Maio de 1926 e o Golpe Militar/a Revolução de 25 de Abril de 1974; a Guerra Civil de Espanha, a Segunda Guerra Mundial e as guerras coloniais em Angola, Moçambique e Guiné; as “crises académicas” de 1962 e de 1969.

O número de professores envolvidos na leccionação dos módulos aqui considerados dos Cursos de Férias foi limitado, restringindo-se, no caso dos que provinham da Secção de História da FLUC, aos docentes que mais se identificavam com o paradigma historiográfico e ideológico da Faculdade e do Estado Novo. Esta situação poderá ter resultado de condicionalismos meramente organizativos, das diferentes disponibilidades pessoais, de estratégias conscientes e de opções de ordem político-ideológica. Quatro docentes monopolizaram grande parte desta responsabilidade, tendo ainda sido possível referenciar um outro grupo de sete docentes com uma participação significativamente

menor: Manuel Lopes de Almeida (vinte e sete anos), Salvador Dias Arnaut (dezasseis anos), Mário Brandão (nove anos) e Torquato de Sousa Soares (seis anos); Manuel Gonçalves Cerejeira (três anos), Damião Peres (dois anos), António de Vasconcelos (um ano), João Serras e Silva (um ano), Luís Cabral de Moncada (um ano), Albin Beau (um ano), Alberto Martins de Carvalho (um ano).

Documentação

Arquivo da FLUC (AFLUC), Arquivo do Gabinete de Relações Internacionais da FLUC — *Curso de Férias de Língua e Cultura Portuguesas (1925-1974)*.

AMEAL, João (s/d), *Bref résumé de l'Histoire du Portugal* (trad. do português), Lisboa, Edições SNI.

Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, 7 volumes, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961.

CRUZ, António da (1931), “Excursões do Curso de Férias”, *Biblos VII*, 1931, p. 311-330.

“Curso de Férias — 1937”, *Biblos XIII*, 1937, p. 272/273.

Curso (XV) de Férias (1939), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, FLUC, 1939.

History of Portugal (trad. do português), Lisboa, DGI/SEIT, s.d.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos (1925), “Os Cursos de Férias da Faculdade de Letras”, *Biblos 1*, 1925, p. 96-108.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos (1926), “Os Cursos de Férias da Faculdade de Letras em 1926”, *Biblos II*, 1926, p. 529-538.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos (1927), “Curso de Férias”, *Biblos III*, 1927, p. 609-611.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos (1928), “Curso de Férias”, *Biblos IV*, 1928, p. 514-523.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos (1929), “Curso de Férias de 1929”, *Biblos V*, 1929, p. 554-556.

- REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos (1930), “Curso de Férias”, *Biblos* VI, 1930, p. 612-616.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1991), *A Universidade de Coimbra. Actas da Faculdade de Letras*, Coimbra, AUC, vol. II.
- SOARES, Torquato Brochado de Sousa (1939), “Curso de Férias de 1939”, *Biblos* XV, t. II, 1939, p. 604-619.
- SOARES, Torquato Brochado de Sousa (1941a), “Cursos de Férias de Língua e Cultura Portuguesa”, *Biblos* XVII, t. I, 1941, p. 383-392.
- SOARES, Torquato Brochado de Sousa (1941b), “Cursos de Férias de Língua e Cultura Portuguesa”, *Biblos* XVII, t. II, 1941, p. 791-798.
- SOARES, Torquato Brochado de Sousa (1942), “Cursos de Férias de Língua e Cultura Portuguesa”, *Biblos* XVIII, t. II, 1942, p. 558-582.

Bibliografia

- Biblos*, vol. IX, 2ª Série, 2011, p. 7-374 (“FLUC (1911-2011)”).
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé (1990), *As escolas históricas* (trad. do francês), Mem Martins, Publicações Europa-América.
- CARVALHO, Maria Manuela (2005), *Poder e ensino. Os manuais de história na política do Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CATROGA, Fernando (2001), *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé (1983), *Le phenomene “nouvelle histoire”. Stratégie et ideologie des nouveaux historiens*, Paris, Economica.
- FERRO, Marc, *L'histoire sous surveillance. Science et conscience de l'histoire*, Paris, Calman-Lévy, 1985.
- MATOS, Sérgio Campos (1990), *História, mitologia, imaginário nacional*, Lisboa, Livros Horizonte.
- NUNES, João Paulo Avelãs (1993), “Ideologia e história no Estado Novo (1933-1949)”, *Vértice*, II Série, nº 56, Setembro/Outubro de 1993, p. 13-23.
- NUNES, João Paulo Avelãs (1994), “História-ciência e divulgação da história. Os cursos de “extensão universitária” da FLUC (1925-1974)”, *Revista*

- da Faculdade de Letras. História* [UP], II Série, vol. XI, 1994, p. 377-413.
- NUNES, João Paulo Avelãs (1995), *A história económica e social na FLUC (1911-1974). O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico*, Lisboa, IIE.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2000), “Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIV, 2000, p. 305-348.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2012), “Ciência e ideologia: a história na FLUC de 1911 a 1933”, Vítor NETO (coord.), *República, Universidade e Academia*, Coimbra, Edições Almedina, 2012, p. 313-337.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2013a), “O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais”, João Paulo Avelãs NUNES e Américo FREIRE (coord.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*, Coimbra, IUC, 2013, p. 53-79.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2013b), “A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia”, Irene Flunser PIMENTEL e Maria Inácia REZOLA (coord.), *Democracia, ditadura: memória e justiça política*, Lisboa, Edições tinta-da-china, p. 363-384.
- Revista Portuguesa de História*, t. 42, 2011, p. 5-390 (“100 anos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra”).
- TORGAL, Luís Reis (1989), *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva.
- TORGAL, Luís Reis e outros (1996), *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- TRAVERSO, Enzo (2012), *O passado, modos de usar*, Lisboa, Edições Unipop.

**CAP. 5. JOÃO LUÍS J. FERNANDES, *CURSO DE FÉRIAS*
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE
COIMBRA – FLUXOS, DINÂMICAS TERRITORIAIS E
ORIGEM GEOGRÁFICA DOS ESTUDANTES**

João Luís J. Fernandes

Departamento de Geografia/FLUC-UC

CEGOT

1. Estudantes, redes de capital social e imagem dos lugares: fatores e contextos dos fluxos académicos.

O contexto atual está marcado pela compressão do espaço-tempo, pelo encurtamento das distâncias e conseqüente interligação entre os lugares. Contudo, esta não é uma dinâmica universal. O mundo terá encurtado mas o processo é heterogêneo sob o ponto de vista social e assimétrico no que ao território diz respeito.

O acréscimo nas proximidades e o aumento das acessibilidades não têm uma expressão global. O sistema encurtou porque alguns dos nós de diferentes redes mundiais se aproximaram, não querendo isso significar que não persistam áreas-sombra e que todos tenham igual papel intervenor, que todos disponham das mesmas oportunidades, igual conectividade e o mesmo capital de mobilidade.

Nesta arquitetura socio-espacial perderam sentido algumas das expressões do passado, tornaram-se anacrônicas as esquematizações pouco flexíveis que arrumavam as comunidades em primeiro e terceiro mundo,

em países desenvolvidos e não desenvolvidos, como se fosse possível traçar, num qualquer mapa, um equador que separasse os territórios mais progressistas dos mais retardados, os lugares mais abertos e promissores dos outros, das geografias onde não é suposto ser-se otimista em relação ao futuro.

Se é verdade que continua a ser possível cartografar as centralidades, também é certo que estas têm hoje uma espacialidade mais complexa e uma territorialidade mais difusa.

Não é que o mundo se tenha tornado mais homogéneo e previsível, nem se trata aqui de assumir o espaço geográfico como uma superfície plana e sem efeitos de atrito, mas tão somente de desconfiar das apresadas e monolíticas leituras que simplificam o que é mais complexo, dão linearidade ao que é mais espesso e escondem uma realidade que, na verdade, é multidimensional.

É neste mundo assimétrico que se balança entre a cooperação e a concorrência, entre os dois pólos do mesmo pêndulo que, mais que contrários, se complementam e completam. Aqui entram as empresas e outros protagonistas sociais, mas também os lugares, das aldeias mais modestas às cidades e destas às regiões e países.

É neste contínuo de escalas geográficas articuladas que atores individuais e coletivos se procuram afirmar, aqui e ali colaborando e tirando partido das sinergias próprias do trabalho em comum, noutras espaços e noutras ocasiões, competindo, ganhando as vantagens da sobreposição ao concorrente circunstancial.

Ao mesmo tempo, numa sempre instável dinâmica de geometria variável, nestas diferentes unidades geográficas coopera-se e compete-se para ganhar protagonismo, poder político e económico, autonomia e influência.

É neste mundo mais imprevisível que agora se discutem as imagens dos lugares, os modos como estas se modelam, os atores que as promovem e os efeitos que produzem. O ponto de partida está na ideia que a diferença que separa a capacidade de atração do efeito de repulsão pode estar na perceção, positiva ou negativa, que cada instituição ou lugar podem promover.

Entra-se aqui no domínio do *marketing* territorial, que se projeta nas comunidades locais e no juízo que estas, sempre heterogêneas e quase nunca bem articuladas, têm dos seus próprios lugares de vida quotidiana. Esta poderá ser a distância entre um mais ou um menos efetivo envolvimento destes atores locais com os seus espaços de vida.

Contudo, a construção da imagem de uma cidade, região ou país, projeta-se sobretudo para o exterior. Este *marketing* territorial aponta para os olhares endógenos, mas procura alcançar os atores externos, aqueles que circulam pelo mundo, fluxos que hoje estão aqui mas que amanhã se podem fixar noutras paragens, numa espécie de movimento perpétuo que vai deixando rasto no espaço geográfico.

Os níveis de competitividade, afirmação estratégica e construção de territórios criativos estão, em muito, dependentes da capacidade de sedução de diferentes categorias de capital humano. Entre estes encontram-se os turistas, fluxo que, em condições ótimas, poderá territorializar mais-valias e promover projetos locais de desenvolvimento sustentável e equilibrado.

Aos turistas juntam-se os empresários, porque trazem investimentos, porque territorializam capital económico e formam vértices estruturantes de complexas cadeias económicas que, também em certas condições, promovem emprego e oportunidades.

Entretanto, as cidades, as regiões, os países, unidades geográficas fundamentais neste xadrez global, procuram ser seletivas na atratividade que exercem. O aumento das densidades, de residentes e de outros fluxos, é uma condição de sucesso, mas não interessa a simples acumulação de números.

Todos os lugares dependem de limiares mínimos de mercado, de quantitativos que justifiquem serviços e equipamentos. Contudo, a seletividade é uma estratégia e uma condição. Interessará mais este que aquele, é mais importante aumentar o número de residentes com esta característica e menos os potenciais moradores com aquela outra.

Nos novos contextos e padrões do mundo europeu e ocidental, está-se longe da lógica das massas uniformizadas que chegavam para sustentar a mão de obra necessária ao funcionamento da fábrica fordista. No atual capitalismo flexível, olha-se em particular para o conhecimento, para a

criatividade, para as mais-valias de capital humano de formação superlativa. É também para estes que o *marketing* territorial aponta. Novos residentes sim, mas aqueles que promovam ambientes cosmopolitas de inovação (FLORIDA, 2007 e 2008).

É esta a reflexão que nos conduz aos estudantes, ao seu papel nos destinos de um lugar, ao seu protagonismo na forma como podem, ao mesmo tempo, ser alvo preferencial destas campanhas, mas também atores efetivos na modelação dessa imagem e protagonistas na construção dos referidos ambientes e territórios criativos.

Nesta perspectiva, levantam-se, pelo menos, duas reflexões.

Em primeiro lugar, o papel das instituições e, neste caso, das universidades, nesse duplo jogo de cooperação e concorrência entre diferentes unidades geográficas. Uma universidade com história e dinamismo poderá ser um orgulho e um fator de autoestima, mas também um pólo de atração e uma oportunidade criativa e de inovação.

Por regra, os ambientes universitários serão mais plurais, cosmopolitas e interculturais, promovem as vantagens dos laços fracos referidos por Mark Granovetter (1973), aqueles que se estabelecem entre *clusters* diferentes, por oposição aos laços fortes, os que se perpetuam dentro de unidades fechadas, monolíticas e conservadoras.

Em segundo, está reservada uma outra função ao estudante, o proveniente da comunidade local mas também aquele que vem de fora e que, é provável que assim seja, irá partir depois de um ciclo de estudos e de formação.

As opções de um universitário podem depender de uma labiríntica constelação de fatores. Desde logo, pode preferir-se esta e não outra universidade por causas objetivas de distância-tempo ou distância-custo. Esta escolha pode resultar de fatores de medição mais complicada, de razões afetivas sempre difíceis de julgar, da distância cultural, em muito associada à língua que predominará nessa instituição.

Ainda assim, este estudante poderá ter sido atraído por uma determinada imagem – faz-se essa opção também porque, à universidade, estão associados lugares, um país, uma região, um ambiente urbano, que se possa entender, também por múltiplas razões, como mais atrativo.

Esta relação entre a imagem do lugar e o protagonismo de quem chega é, no entanto, mais complexa e não pode ser vista numa direção única.

Este aluno, ao mesmo tempo que é seduzido será, ele mesmo, um protagonista na modelação dessa imagem, um ator efetivo na promoção do lugar e das instituições. Movimentando-se no mundo, comunicando nas múltiplas redes em que participa, no espaço físico euclidiano mas também nos *cyber*-ambientes digitais e topológicos, este académico é um elo de ligação do lugar e da universidade com o mundo.

Ao estudante, pelo seu capital de mobilidade espacial, mas também pelo domínio das novas tecnologias de informação, está reservado um papel estratégico na difusão de informação, no condicionamento de comportamentos de terceiros, na definição de uma maior ou menor atratividade deste ou daquele território.

Este facto ocorre porque as trajetórias de construção da imagem de um lugar são complexas e implicam a intervenção de múltiplos atores. De acordo com Gunn (1972), esta imagem resulta da conjugação de três fontes de informação.

Desde logo, as imagens induzidas, as que se promovem a partir de campanhas proativas de sedução e indução de comportamentos, de estratégias concertadas, com forte controlo local, de difusão de uma mensagem.

Este mesmo modelo alerta para o poder de sedução (ou repulsão, pois as mensagens podem promover perceções de sinal contrário) associado a fontes não reguladas que não têm como propósito direto qualquer campanha de *marketing* territorial.

Aqui, entra-se no domínio das representações, das referências indiretas e da forma como, através de meios poderosos como a internet, as redes sociais, a publicidade de simples produtos de consumo, o cinema e as indústrias criativas em geral, se veiculam imagens mais ou menos atrativas de um lugar ou de uma instituição.

Ainda de acordo com este autor, estamos aqui perante imagens orgânicas, aquelas que, à distância, de modo sublimado, nos fazem desejar ou, pelo contrário, nos instigam a rejeitar um determinado destino, seja para férias, para investimento, para futura residência ou para estudar.

Neste caso, o estudante é um alvo mas também um protagonista. Numa contabilidade sempre difícil de fazer, as suas impressões e percepções, as imagens que veicula, as experiências que transmite, enforma as opiniões de outros, sejam estes estudantes sejam, mais uma vez, atores tão diversificados como turistas ou empresários.

Este último aspeto remete-nos para o terceiro ponto da sistematização de Gunn (1972) – a imagem vivida. Para este autor, a imagem de um espaço geográfico resulta também, mais uma vez numa síntese difícil de avaliar, das experiências diretas vividas no próprio lugar. Neste ponto, refiram-se as vivências mais distendidas no tempo, as interações longas de experiências mais prolongadas, mas também as mais curtas, as visitas de circunstância, as que marcam os primeiros olhares. Entre estas, não se podem deixar de destacar os contactos breves mas intensos, os que, por exemplo, se vivem em cursos como o de férias, oferecido pela Faculdade de Letras de Coimbra desde inícios do século passado.

Nesse ponto, é importante não separar personagens. Ainda que os estudos específicos e as análises se foquem neste ou naquele ator, é pertinente não deixar de considerar os efeitos do tempo, a sobreposição de papéis e interesses, as vivências e os protagonismos múltiplos que se sucedem em ciclos temporais não lineares. Um turista hoje, pode vir a ser um estudante amanhã. O mesmo ocorre em sentido inverso. Um estudante de agora, pode ser um futuro residente, um ativo económico e político, um recurso humano e um capital que associe este ou aquele lugar às suas sempre flexíveis redes, aquelas que estão em permanente ciclo de construção/reconstrução, mas também as mesmas que vão condicionando os destinos individuais e coletivos.

São estes os termos que se colocam na análise da geografia do *Curso de Férias* da Faculdade de Letras de Coimbra. Por geografia entenda-se aqui não apenas a evolução quantitativa do número de estudantes inscritos mas, em especial, as mudanças verificadas na espacialidade das origens.

As escolhas para a frequência de um curso são sempre conjunturais e, em muitos aspetos, individuais. No entanto, o somatório dessas opções singulares reflete quase sempre os enquadramentos, as vagas e as tendências de fundo, as dinâmicas estruturais que tanto assentam nas

esferas política e económica, como nas redes e nos elos culturais. A leitura do número e das séries estatísticas está assim marcada quer pelas mudanças na ordem geoeconómica e geopolítica, quer pelos persistentes laços históricos, culturais e linguísticos.

É certo que os fluxos de estudantes dependem, desde logo, da estrutura económica de apoio, do regime de bolsas, da orientação estratégica e geográfica desses incentivos monetários por parte dos países emissores.

Ainda assim, estas estratégias não ignoram as filiações culturais, não reduzem as cadeias da História e as redes identitárias a um passado imobilizado no tempo e emoldurado para memória futura.

Objeto de novos olhares e interesses, os laços de filiação histórica são reconhecidos como uma forma de capital. A cultura, em sentido lato, mas também as competências linguísticas, em sentido restrito, são avaliadas e promovidas como oportunidades para o futuro e um meio de alargamento das opções coletivas e individuais.

2. Ciclos e geografias dos principais fluxos de estudantes do Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A perspetiva dos últimos 5 anos.

A evolução do número de inscritos no *Curso de Férias* que aqui se discute deriva de múltiplos fatores, que apenas uma análise mais pormenorizada poderá esclarecer. Esta variação quantitativa dependerá, ao mesmo tempo, da oferta e da procura, isto é, de razões que se prendem com o curso em causa e respetivo envolvimento geográfico, mas também com dinâmicas que, nos países emissores, fazem oscilar uma procura que resulta, por exemplo, das mudanças ocorridas nas políticas locais de atribuição de bolsas.

Apesar de, neste texto, não se procurarem as leituras de pormenor, a evolução geral do número de inscritos neste *Curso de Férias* oferecido pela Faculdade de Letras de Coimbra permite deduzir algumas tendências de fundo e demonstrar a existência de ciclos e ritmos diferenciados (Figura 1).

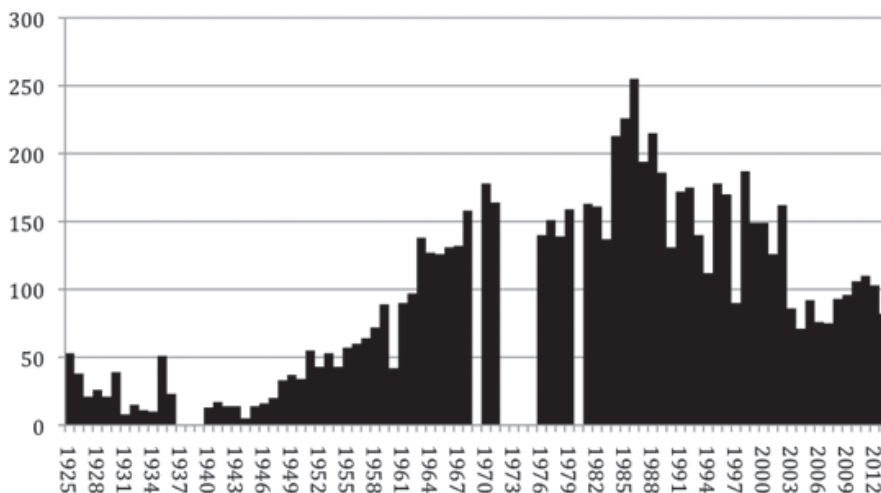


Figura 1 – Evolução quantitativa do número de inscritos no *Curso de Férias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entre 1925 e 2013 (Fonte: FLUC).

Por dificuldades na consulta dos livros de registos, nesta série estatística não foi possível apurar os dados de nove edições, em anos que correspondem ao final da década de (19)30, anterior ao início da II Guerra Mundial, e ao período da Revolução de Abril de 1974.

Segundo os elementos contabilizados, e não considerando os números destes nove livros de inscrições, entre a edição de 1925 e a de 2013, frequentaram o *Curso de Férias* mais de 7700 estudantes (7722).

Desta evolução destaca-se o crescimento verificado nas décadas de (19)40 a (19)60. Sempre com oscilações pontuais, esta tendência geral mostra que o auge desse desenvolvimento ocorreu já depois das mudanças políticas do 25 de Abril de 1974, ao longo das décadas de (19)80 e (19)90.

Esta subida terá outras razões, mas as dinâmicas apresentadas pelo *Curso de Férias* não estarão desligadas da atratividade geral do país nesse período de consolidação da democracia, de adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE) e de criação de um novo ambiente que atraiu os olhares e a atenção do estrangeiro.

Nessas décadas, Portugal investiu na sua imagem, fez-se apresentar como um território de uma modernidade que soube preservar uma matriz tradicional. Assim se mostrou o país, um espaço geográfico seguro, aberto

às tendências vanguardistas mas conservando os valores das paisagens mais lentas, acolhedoras e de escala humana. Portugal terá sido, nessa época, um objeto de curiosidade. Visitava-se o país que havia vivido, há não muito tempo, em ditadura. Frequentava-se um território onde se poderia ainda viver algum do passado que a velocidade urbano-industrial já havia feito desaparecer noutros lugares.

Este acréscimo verificado no número de inscritos deriva de um outro fator, mais amplo e difuso. O aumento geral da circulação e da mobilidade, o encurtamento das distâncias, a diversificação dos canais de ligação e das redes de transporte, aéreo ou outros, com efeitos diretos na maior conectividade entre Portugal e os restantes países.

É verdade que, nas primeiras edições, este *Curso de Férias* foi sobretudo frequentado por estudantes portugueses. Seguindo alguns exemplos soltos, em 1927, 82% dos estudantes eram portugueses, residentes em Portugal; em 1931, esse valor foi de 80%, enquanto que em 1935, já em queda, esse quantitativo ainda se ficou pelos 75% (FERNANDES, 1999). Sem muitas outras opções de formação complementar, estes cursos iniciais foram uma oportunidade de aprofundamento da preparação académica destes estudantes universitários.

Com o passar do tempo, mais que para formação interna, este *Curso de Férias* ganhou centralidade sobretudo enquanto plataforma de difusão da cultura e da língua portuguesa para o exterior. O número e a proporção de estudantes estrangeiros foi-se alargando, daí a associação, entre outros fatores, à crescente interligação de Portugal com o resto do mundo.

O número de portugueses, ou descendentes com outras nacionalidades, volta a aumentar nas décadas finais do século XX, num fluxo que tem pouca familiaridade com o público nacional que procurou o curso nas suas primeiras edições.

Este é também um período de forte atratividade de estudantes descendentes de portugueses residentes no estrangeiro, em países como França e EUA (provenientes sobretudo de Estados da Costa Leste, como New Jersey, Connecticut ou Massachusetts), entre outros (FERNANDES, 1999).

As segunda e terceira gerações dos fluxos de emigrantes, que terão deixado o país na segunda metade do século XX, regressam para recuperar

laços de filiação e desenvolver competências no âmbito da língua portuguesa. Segundo Fernandes (1999), até 1994 esses lusodescendentes contabilizaram cerca de 30% das inscrições.

Nas décadas de (19)80 e (19)90 a curva das inscrições beneficiou em muito deste contraciclo emigratório que, nos anos mais recentes e com a exceção da fileira asiática, deu também alguns sinais de esgotamento.

Com efeito, nesta evolução, as subidas merecem um olhar mais apurado mas também as descidas devem sugerir algumas linhas de reflexão.

Depois dos valores mais elevados das décadas anteriores, o comportamento da série estatística após os anos (19)90 parece sugerir um abrandamento geral do número de inscritos. Ver-se-á mais adiante que essa descida foi acompanhada por uma alteração na origem geográfica deste público.

A crise económica na Europa e nos EUA depois de 2007/2008 poderá ter influenciado uma curva que não terá descido mais porque foi, em parte, compensada pelos fluxos asiáticos.

No entanto, a redução geral dos valores de inscritos, relativamente ao período áureo dos anos (19)80 e (19)90, poderá depender de uma outra explicação conjugada, a merecer, mais uma vez, um olhar e um tratamento mais apurado.

A criação de cursos de férias, noutras instituições portuguesas e não portuguesas; o desenvolvimento de alternativas mais prolongadas de estudos na área da língua e da cultura portuguesa e, na Europa, a criação e desenvolvimento do programa *Erasmus*, poderão, de certo modo, ter preenchido uma parcela não negligenciável do tradicional mercado europeu do *Curso de Férias* organizado e oferecido pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Para além de um curso breve, ainda que diferente e com objetivos específicos muito particulares, os interessados no conhecimento de uma língua e uma cultura têm agora à disposição outras experiências académicas, diferentes e mais longas. Este poderá ser um fator a condicionar os números totais mas também, como se verá mais adiante, a própria geografia da origem desta procura do *Curso de Férias*, com a recente descida do peso relativo das inscrições provenientes do continente europeu.

Com efeito, nas 62 edições que se conseguiram contabilizar entre 1925 e 1994, dos cinco principais territórios de origem das inscrições no *Curso de Férias* de Coimbra, quatro localizavam-se no continente europeu e o quinto nos EUA (este com cerca de 7% das inscrições). Para além de Espanha, também com valores próximos dos 8% do total de inscrições, até meados da década de 90 a Alemanha (com 18% dos estudantes), França (17%) e Reino Unido (17%), lideraram a procura deste curso de língua e cultura portuguesas (FERNANDES, 1999).

Estas estatísticas mais planas não esgotam a complexidade desta geografia nem revelam todas as dimensões do fluxo de estudantes que frequentaram o curso. A análise mais apurada dos livros de inscrições (FERNANDES, 1999) revela um dado curioso mas compreensível se atendermos às dinâmicas ocorridas, durante as últimas décadas, na Geografia Humana de Portugal.

A fase de maior adesão ao *Curso de Férias*, ocorrida nas décadas de (19)80 e 19(90) coincidiu com o aumento geral da imigração no país e com a inversão, sabe-se hoje, temporária, dos saldos do crescimento migratório português. A entrada de imigrantes teve o seu reflexo nas inscrições no *Curso de Férias* de Coimbra que, neste aspeto, revelou também uma projeção nacional. Com efeito, após os anos 80, aumentou a frequência por parte de estrangeiros que declararam residência em Portugal, em regiões como a Serra da Lousã, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, mas também o Alentejo e, sobretudo, o Algarve (FERNANDES, 1999).

A experiência migratória é um ciclo sucessivo de (des) enraizamentos e de processos de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2004). Quem migra altera as suas territorialidades, perde lugares aqui, recupera-os noutras contextos, ajusta as suas geografias pessoais, reorganiza os seus territórios do quotidiano. A integração nos lugares de chegada passa também por esta dimensão, que não está, de todo, desligada de valores e instrumentos de afirmação como a língua, a paisagem e a familiaridade com o contexto cultural com os quais o imigrante se confronta à chegada.

Neste ponto de vista, o *Curso de Férias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi um fator de integração e reterritorialização

destes novos imigrantes. Num período intensivo de estudo, este migrante desenvolvia as suas competências linguísticas ao mesmo tempo que se familiarizava com alguns dos mais importantes aspetos identitários do seu novo país de residência.

Estas variações demonstram que, de facto, desde a sua criação que se têm assistido a vagas e ciclos diferentes na origem dos estudantes que frequentaram o *Curso de Férias* da Universidade de Coimbra. Muitas seriam as leituras de pormenor caso se isolasse cada número, se tirasse partido de cada uma das narrativas individuais, das escolhas pessoais, daquelas que apenas se entenderiam com um olhar mais demorado e detalhado sobre cada estudante.

Uma abordagem mais distanciada, concentrando-se no essencial e nas trajetórias de fundo, não ficará indiferente a uma tendência que se tem acentuado nas últimas edições deste *Curso de Férias*. Para além das variações quantitativas que, embora com fortes oscilações, tem caracterizado esta já longa história, as últimas edições trouxeram novidades no que respeita à origem dos estudantes e das inscrições.

É importante determo-nos sobre os tempos mais recentes, sobre as tendências dos últimos anos. Este é um facto não apenas porque será sempre lógico um olhar mais demorado pelo que nos está mais próximo, mas também porque aqui se mostra uma realidade nova.

As estatísticas acumuladas dos 85º (realizado em 2009) ao 89º *Curso de Férias* (de 2013) deixam-nos uma tendência de fundo que importa assinalar. Estas últimas cinco edições receberam cerca de meio milhar de matrículas (496). Mais que os valores em si, importa concentrar as atenções na cartografia da origem desta procura.

Desde logo, importa assinalar o retorno do fluxo dos lusodescendentes. Neste quinquénio, os descendentes de emigrantes portugueses apresentaram um valor acumulado que ultrapassa os 20%. No entanto, como se pode verificar na figura 2, a origem desse grupo de estudantes é desproporcionada. 82% do total desse fluxo é constituído por lusodescendentes de origem macaense.

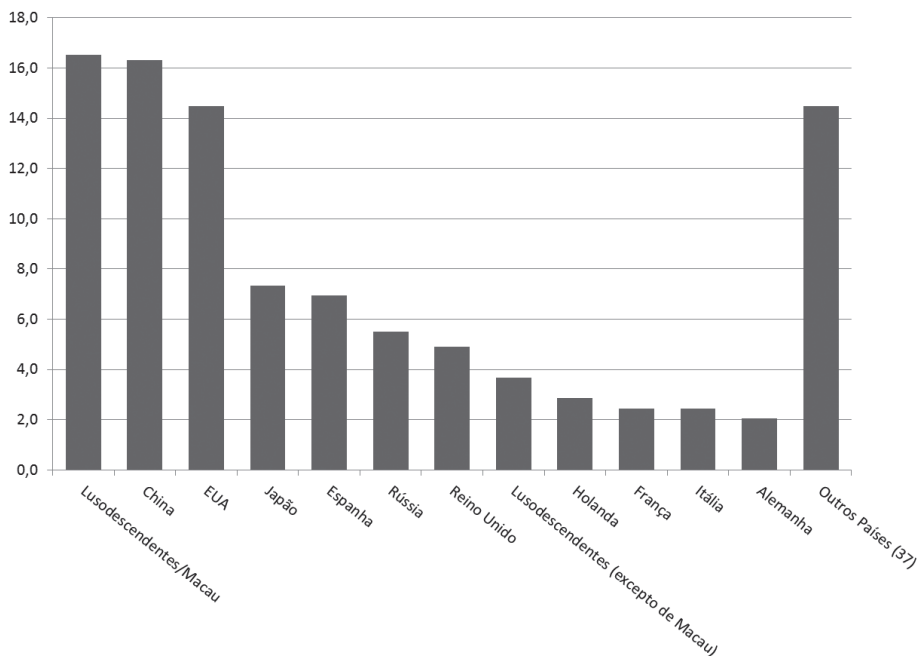


Figura 2 – Distribuição percentual (%) da origem dos estudantes inscritos no *Curso de Férias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nas últimas cinco edições (2009 a 2013) (Fonte: FLUC).

Ao contrário do ocorrido na extensa série atrás referida e analisada (FERNANDES, 1999), que nos mostrou o predomínio europeu deste curso até meados da década de 90, neste período mais recente deu-se uma espécie de inversão de comportamentos. Desta vez, para além da coluna predominante dos lusodescendentes macaenses, aqueles que mais contribuíram para o total de inscrições, a China (16,3%), os EUA (14,5%) e o Japão (7,3%) completam o quadro dos países que mais têm procurado este curso.

Numa abrangência que apresenta alguma dispersão geográfica, o primeiro território europeu na lista dos que mais contribuíram para as últimas cinco edições deste *Curso de Férias* é a Espanha, aqui contabilizada em 5º lugar, com 6,9%, valor, ainda assim, não muito distante do total de inscritos vindos da Rússia (5,5% do total).

Para além da Espanha, esta lista contempla outros países europeus comunitários, como o Reino Unido, a Holanda, França, Itália e a Alemanha, todos com valores abaixo dos 5% e com um peso percentual muito mais

reduzido, se se fizer a comparação com o ciclo longo atrás referido (entre 1925 e 1994).

Um curso com a natureza daquele que aqui se analisa também é construído por escolhas mais dispersas que, em conjunto, não apenas deixam a sua marca estatística como também se acrescentam aos valores da multiculturalidade que sempre se valoriza e promove neste tipo de encontros académicos. Por isso não se podem deixar de assinalar as 71 inscrições (cerca de 14,5% do total) provenientes de 37 países diferentes.

Nesta extensa lista de origens fragmentadas e difusas, a variedade é grande e vai da Costa Rica à Colômbia, à Coreia do Sul ou às Filipinas; de Camarões ao Cazaquistão, da Tailândia à Lituânia, à Islândia ou à Turquia, num conjunto ao qual se acrescentam proveniências geográficas como o Irão, a Índia ou a Geórgia.

É difícil encontrar uma lógica e uma linha de união nesta rede disseminada de proveniências. Já atrás se referiu a pertinência da análise destes casos individuais, das histórias e narrativas que convergem estes estudantes para um curso e um ponto de encontro de diversidade. Com efeito, mais que a sua não negligenciável expressão numérica, muito para além da dispersão espacial, é de assinalar as esperadas e previsíveis multiplicidades em termos de línguas de origem, credos religiosos, valores, pontos de vista e olhares particulares sobre as mesmas realidades. Nesta perspetiva, enquanto lugar de convergência e tempo de interação, o *Curso de Férias* da Universidade de Coimbra acaba por expressar um mundo global mais estreito que não se reconhece como plano e uniforme, um mundo que se recusa a assumir como homogéneo e monocolor.

Assim se revela a geografia deste *Curso de Férias*, num sempre difícil, complexo e oscilante balanço entre os fluxos individuais e as tendências de fundo, entre as histórias e as narrativas individuais e os canais mais abrangentes que se vão abrindo ou fechando; entre as opções de estudantes que chegam apenas porque sim, porque, por qualquer razão, a língua e a cultura portuguesa, porventura uma cidade, talvez mesmo um escritor ou uma obra literária os atraíram, e aqueles que chegam a Coimbra porque seguem caminhos mais pragmáticos já traçadas por outros.

Demorando o olhar sobre os últimos cinco anos, e procurando agora uma visão de conjunto, que no fundo resultará da bissetriz ou do denominador comum de todas as opções atrás referidas, não se pode deixar de voltar a sublinhar o peso do continente asiático no total das inscrições (Figura 3).

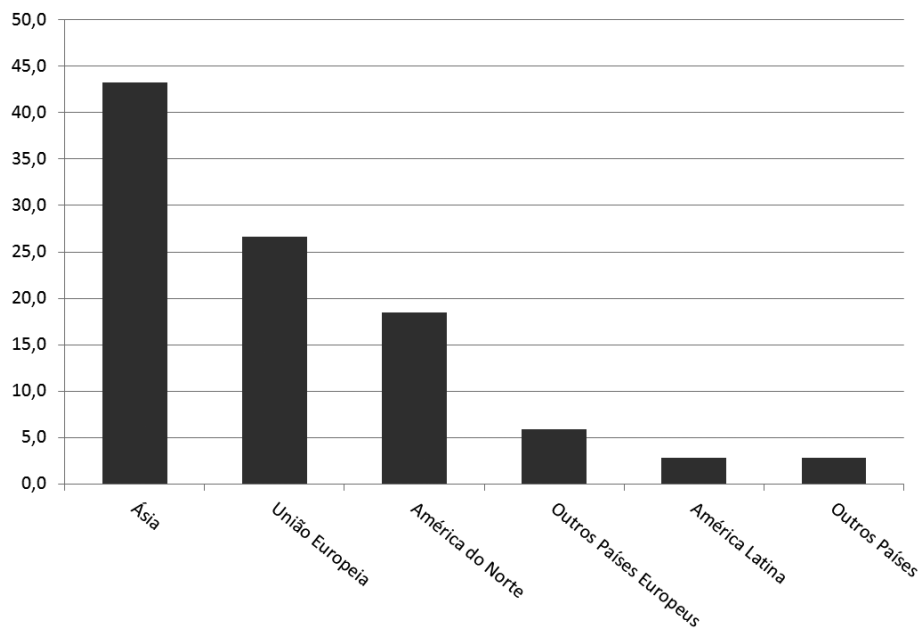


Figura 3 – Distribuição percentual (%) da origem dos estudantes inscritos no *Curso de Férias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nas últimas cinco edições (2009 a 2013), por grandes regiões à escala global (Fonte: FLUC).

Os estudantes provenientes da Ásia ultrapassaram os 43% do total. Se se tomarem em consideração as distâncias quilométricas, as distâncias tempo e custo e ainda, nalguns casos, a distância cultural, trata-se de números relevantes que merecem alguma atenção.

É certo que este valor reflete o peso dos lusodescendentes macaenses mas, para além das chegadas pontuais de sul-coreanos ou de cidadãos de territórios como a Tailândia, Filipinas ou Singapura, esta proporção (que se aproxima dos 50% do total de estudantes), assenta também em cidadãos não lusodescendentes de nacionalidade chinesa (mais de 16% do total de inscrições).

Para além dos estudantes macaenses de nacionalidade portuguesa e dos chineses, o contingente de inscrições provenientes desta região mundial é constituído por cerca de 7% de japoneses, o terceiro grupo mais representado desta região.

Apesar da proximidade geográfica, os países da União Europeia foram responsáveis por apenas 26,6% do total de inscrições, ainda assim um quantitativo que superou o dos EUA (18,5%), o de outros países europeus não comunitários (menos de 6%) e os valores residuais de outras regiões do mundo, como a América Latina.

Este é o quadro espacial que melhor resume, mas não esgota, o *Curso de Férias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra nas suas últimas cinco edições. Mais que uma verdade absoluta – este padrão não se explica por um único fator, estes números suscitam reflexões e são um desafio a uma análise que não se pode nem deve encerrar no mundo académico, ou não estivessem a cultura e a universidade inseridas num sistema complexo e instável que apenas se entenderá se se ultrapassarem as limitações das escalas geográficas mais localizadas e as compartimentações dos olhares mais setoriais.

3. Origem espacial dos estudantes inscritos no Curso de Férias entre 2009 e 2013: relação com as principais dinâmicas territoriais, políticas e geoeconómicas ocorridas em múltiplas escalas geográficas. Breve reflexão.

De tudo o que atrás se referiu sobre estes últimos cinco anos de vida do *Curso de Férias* aqui em análise, destaque-se, de novo, o contingente de estudantes de origem asiática que chegam a Coimbra e a Portugal para contacto com a cultura portuguesa, aprofundamento de conhecimentos sobre as pessoas, as obras e as paisagens, mas em especial para desenvolvimento ou para o primeiro contacto com a língua portuguesa, um sempre renovado instrumento de afirmação.

Nenhuma explicação se compadece com uma leitura direta nem com qualquer tipo de determinismo, a começar pelo populacional. A Europa

envelheceu e já terá vivido o apogeu do acesso massificado ao ensino superior; muitas regiões do continente asiático continuam sem completar a sua transição demográfica e assistem agora ao início da subida na curva da procura e da expansão dos estudos avançados.

Não seria difícil recorrer a números e a indicadores estatísticos que ilustrassem estas *décalages* e ritmos diferenciados. No entanto, este nível de análise está ainda muito longe do satisfatório. Desde logo porque, prudência fundamental no pensamento geográfico, não se devem confundir as partes com o todo, o continente asiático com cada um dos seus espaços regionais ou os valores médios da Europa com o comportamento de cada uma das suas populações. Por isso, o aumento da procura asiática em áreas como o *Curso de Férias* da Faculdade de Letras de Coimbra não resultará de uma simples proporcionalidade demográfica.

Ainda assim, não surpreende que se densifiquem as diásporas de estudantes asiáticos que procuram lugares e cursos a partir dos quais se possam promover. As universidades e as cidades universitárias, sobretudo europeias e norteamericanas, constituem territórios preferenciais nesta mobilidade espacial de capital humano.

O centro do mundo é hoje uma abstração geográfica e um território difuso de protagonistas territoriais e não territoriais. No entanto, isso não significa que, seguindo Wallerstein (1990 e 1996), não se possam identificar as regiões centrais que, em determinados contextos histórico-geográficos, assumem alguma liderança e concentram muito do poder económico e político que possa condicionar o sistema.

Nesta lógica, muitos indicadores, sobretudo no domínio empresarial, demonstram que essa centralidade se projetou no Pacífico e em países como a China, atores com crescente poder económico e, em muitos aspetos, geopolítico (FRIEDMAN, 2009).

Nas últimas décadas, a difusão espacial da economia e da influência destes países, sobretudo da China, fez-se também pelo domínio dos canais de contacto, em especial a língua, em países onde é estratégico desenvolver negócios. A presença chinesa em continentes como o africano, mas também o europeu, tem sustentado a ideia de que aprender português é uma mais-valia para uma possível integração numa qualquer

equipa governamental ou empresarial para adesão aos mercados de países emergentes, como Brasil ou Angola.

Este reconhecimento do valor instrumental da língua portuguesa começa logo entre fronteiras. De facto, o número de estudantes chineses no *Curso de Férias* da Universidade de Coimbra está associado à expansão do ensino de língua portuguesa em estudos superiores de múltiplas universidades da China. Em muitos casos, o *Curso de Férias* constitui um complemento de estudos de língua e cultura portuguesas que se estão a desenvolver em universidades daquele país asiático.

Esta mobilidade asiática coincide e é reforçada pelos fluxos e os retornos da memória, pelo investimento na filiação cultural de lusodescendentes que, sobretudo vindos de Macau, procuram uma vantagem comparativa no âmbito das novas oportunidades da língua portuguesa.

Esta ponte entre Macau e Portugal é promovida por múltiplas instituições que, na origem, direccionam estudantes para o território português e para a Universidade de Coimbra. Assim acontece com a Escola Portuguesa de Macau e com os Serviços Educativos daquela região, protagonistas com um papel central na preservação da memória portuguesa neste território asiático e com quem a Faculdade de Letras assinou acordos especiais.

Macau é, contudo, um dos vértices de uma diáspora linguística mais vasta. A língua portuguesa apresenta uma geografia alargada de espaços descontínuos. Este idioma não é um património de exclusividade europeia e peninsular. Resultado de complexas vagas de difusão e miscigenação, o português é uma língua de comunicação, comércio, administração e política em múltiplas regiões do globo, do Brasil a Angola e de Moçambique a Timor-Leste.

Em datas mais próximas à Revolução de Abril de 1974, o discurso da língua portuguesa e sua consolidação e/ou difusão por outros espaços incorreria no risco de parecer um ato político anacrónico, como se, por via da cultura, se pretendesse regressar a um passado de relações hierarquizadas de um qualquer antigo regime. No entanto, a consolidação política e soberana dos países lusófonos veio colocar o problema noutros termos.

Esta complexa rede dos territórios da língua portuguesa assenta na História mas é, acima de tudo, um produto de novas relações entre

espaços de soberania política consolidada, entre territórios de múltiplas identidades associados por afinidades reconhecidas como um potencial, como se procurou demonstrar com a criação da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, instituição promissora com um protagonismo ainda não confirmado.

No entanto, a atratividade pelo português em países como a China depende menos do grau de maior ou menor filiação existente no interior da rede da lusofonia e mais do papel da língua portuguesa enquanto ator e plataforma de relação no contexto global. E tudo isto é reforçado pela plasticidade espacial desta língua, pela sua multiplicidade geográfica que se estendeu por múltiplos contextos paisagísticos, por ilhas, desertos e florestas, por regiões de climas contrastados, por territórios de níveis diferenciados de desenvolvimento, por áreas urbanas e não urbanas, por cidades de diferentes níveis hierárquicos, a ponto de se falar português em metrópoles mundiais, em gigantes como São Paulo, possíveis futuros atores estratégicos nesta geometria variável mas também importantes bacias de mercado e de potenciais consumidores.

É certo que muitas regiões deste mundo lusófono ou não apresentam estabilidade política (é o caso da Guiné-Bissau para um certo pensamento pragmático), ou não têm escala, como São Tomé e Príncipe. Ainda assim, a dimensão pouco importa quando existem recursos a explorar. Para além disso, neste mundo de diversidade, o português é uma porta de contacto para países como Angola e Brasil, territórios complexos nos quais se têm aberto múltiplas oportunidades de investimento.

O português é ainda a língua das diásporas: da portuguesa, da brasileira e da caboverdiana, apenas para citar alguns exemplos. É o elo que une protagonistas multiterritoriais com expressão geográfica descontínua mas também alargada, flexível e distendida no espaço.

Por tudo isto, o português é também uma língua de negócio, de contacto e interação. É nesses múltiplos pontos de vista que a lusofonia constitui uma forma de capital social e uma oportunidade procurada por atores como os asiáticos.

Desde as primeiras edições deste curso, Coimbra tem desempenhado papel importante enquanto placa giratória e pólo de articulação de

múltiplos atores com as redes da lusofonia. Nessa fase de arranque, nas décadas de (19)20 e (19)30, o *Curso de Férias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra acolheu cooperantes, religiosos alguns, vindos de outros países europeus e da América do Norte, com o objetivo de, após aprendizagem da língua portuguesa, partirem para os PALOP's ou para outros territórios de língua portuguesa (FERNANDES, 1999). De certo modo, noutras circunstâncias, agora com uma maior procura asiática, as mais recentes edições deste curso vão desempenhando o mesmo papel de porta de acesso a espaços geográficos e a comunidades onde, pelo menos entre as elites intelectuais, políticas e empresariais, se fala este idioma.

A procura do português e da cultura portuguesa enquanto oportunidades num mundo instável e em constante mudança nota-se também nos lusodescendentes, uma das mais referidas personagens ao longo deste texto. Neste caso, a frequência de um *Curso de Férias* como aquele que a Faculdade de Letras de Coimbra oferece faz parte de uma estratégia de afirmação identitária numa lógica de dupla ou de múltiplas pertenças, fatores agora reconhecidos como uma distinção. Nesse sentido, mais que um exercício de memória ou um simples retorno às origens, a inscrição num curso desta natureza faz parte de uma expressão multiterritorial e pluri identitária e de uma topoligamia hoje entendidas como uma forma de capital social.

Para além destas reflexões amplas, aqui referidas porque não se pode desligar este curso de contextos mais alargados, importa aqui sublinhar a atratividade específica da Faculdade de Letras e da Universidade de Coimbra que, através do *Curso de Férias* mas também de outras ofertas que não é aqui oportuno analisar, se têm procurado integrar nestas tendências de fundo.

À qualidade e diversidade da oferta formativa, deve acrescentar-se o estatuto mundial, a imagem exterior e o reconhecimento do prestígio conferido pelo passado histórico desta instituição universitária.

A escala humana desta cidade, a sua promoção enquanto lugar acolhedor, confiável, não muito dispendioso e de ambiente multicultural, têm sido determinantes para a escolha de Coimbra como uma oportunidade para enriquecimento de currículos informais e de acesso a um ambiente estudantil e urbano que garante segurança ontológica.

Na análise desta geografia, tudo parece contraditório, ou então a complexidade destes fluxos é mesmo assim. O *Curso de Férias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra é procurado por quem está longe, por um público distante sob o ponto de vista cultural, como o chinês ou japonês, mas o inverso também é verdadeiro. Este curso acolhe estudantes que o procuram também quando as distâncias, culturais ou outras, são mais estreitas. Aqui se faz, mais uma vez, referência obrigatória aos lusodescendentes mas também a outros fluxos muito particulares. O quadro de públicos inscritos nas últimas cinco edições do *Curso de Férias* está ainda marcado pela presença de alguns países da União Europeia, em especial a Espanha.

A acessibilidade custo e tempo, a integração europeia e, nalguns casos, a existência de moeda única e de um espaço comum de circulação (Schengen) têm permitido a resistência de alguma da procura que, apesar de tudo, se colocou em minoria face aos fluxos asiáticos cujo volume e peso relativo, como se insistiu, são a grande novidade deste período mais recente.

É certo que apenas uma análise focada em casos individuais, que se poderão revelar através de inquéritos mais direcionados, poderá trazer resultados mais apurados. No entanto, estas narrativas particulares não se desviarão da cultura enquanto oportunidade, meio de alargamento dos mapas mentais e um recurso estratégico.

Nesse sentido, o *Curso de Férias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, para além de ser um vértice de identidades estudantis hoje mais flexíveis, é uma porta aberta para o país e para as redes culturais nas quais está integrado.

Dada a sua organização interna e diversidade temática, tem também ajudado a desconstruir a persistente imagem estereotipada que, no exterior, se tem sobre Portugal.

Ao mesmo tempo, este curso está animado de uma dupla dinâmica. A que resulta de uma convergência espacial (Coimbra, neste caso) e temporal (cerca de um mês) da diferença mas também a que deriva de um movimento divergente que faz deste encontro um lugar de partida e difusão da cultura portuguesa pelo mundo.

Referências Bibliográficas

- FERNANDES, João Luís (1999). "Coimbra, Universidade e Difusão da Cultura Portuguesa no Mundo. A dimensão geográfica do *Curso de Férias* da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra", *Cadernos de Geografia*, nº especial, pp. 67-77.
- FLORIDA, Richard (2007). *The flight of the creative class*. New York. Harper Collins Publishers.
- FLORIDA, Richard (2008). *Who's your city?* New York. Basic Books.
- FRIEDMAN, George (1990). *The next 100 years. A forecast for the 21st century*. New York. Anchor Books.
- GRANOVETTER, Mark S. (1973). "The strenght of weak ties", *American Journal of Sociology*, 78, issue 6, pp. 1360-1380.
- GUNN, C. A. (1972). *Vacationscape: Designing Tourist Regions*. Washington. Taylor & Francis.
- HAESBAERT, Rogério (2004). *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1990). *O Sistema Mundial Moderno*, vol. I - A Agricultura Capitalista e as Origens da Economia-Mundo Europeia no Século XVI. Porto. Edições Afrontamento.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1996). *O Sistema Mundial Moderno*, vol. II - O Mercantilismo e a Consolidação da Economia-Mundo Europeia, 1600-1750. Porto. Edições Afrontamento.

**CAP. 6. FRANCISCO SOARES DE OLIVEIRA:
90 ANOS DE CURSOS DE FÉRIAS, 90 ANOS DE
ACTIVIDADES CULTURAIS**

Francisco Soares de Oliveira²²

1. O passado: um património único

1.1. Os primórdios

No arquivo dos oitenta e nove cursos de férias, a pesquisa por nós efectuada logrou encontrar documentos – fichas de inscrição dos/as estudantes, livros de curso, sebatas, guias de estudante e, sobretudo, fotografias e cartazes – muito antigos e de uma beleza, literalmente, de outros tempos mas, infelizmente, por motivos de vária ordem, não se encontram disponíveis muitas informações sobre esta matéria em particular, a das actividades extracurriculares ou, se quisermos, aliás como prefiro, chamar, culturais.

Conseguimos, mesmo assim, encontrar alguns textos e, sobretudo, algumas fotografias que nos indiciam que as actividades culturais sempre

²² Provedor do Estudante Estrangeiro da FLUC (fso@fl.uc.pt). Assistente técnico responsável do Gabinete de Relações Internacionais (Faculdade de Letras Universidade de Coimbra. Largo da Porta Férrea. 3004-530 Coimbra – Portugal Tel.: (+351) 239859991 E-mail: saari@fl.uc.pt).

foram uma preocupação dos/as organizadores/as dos cursos de férias, ou não fosse este um curso de língua e cultura.

Nos anos 40 do século passado, havia concertos todas as noites da semana, jantares de grupo e visitas/viagens de estudo.



Jantar de convívio (Restaurante Jardim da Manga – 24º Curso de Férias, 1948)

Nos anos 70, há, igualmente, registo dos jantares de convívio (cf. foto anterior), das viagens de estudo (cf. foto abaixo) e da realização de ciclos de conferência que davam, posteriormente, origem à publicação de colectâneas.



Viagem de estudo (Serra do Buçaco – 48º *Curso de Férias*, 1972)

São, no entanto, como já foi referido, em número muito reduzido os registos, nos seus vários suportes, deste género de actividades. De qualquer forma, a quantidade, apesar de tudo e, sobretudo, a antiguidade dos documentos que detemos, conferem uma unicidade a este acervo que faz dele um património importantíssimo e absolutamente único para a compreensão da história das actividades culturais dos cursos de férias que, por sua vez, se confunde e se entrelaça com a história da própria Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), acabada de celebrar os seus 103 anos.

1.2. De 1999 a 2009

A partir dos finais dos anos 90, mais concretamente, de 1999, com o início da colaboração regular do autor deste capítulo nos cursos de português para estrangeiros, nomeadamente nos cursos de férias, tornam-se

mais fáceis, abundantes e fidedignos o registo e a análise da realização das actividades culturais no âmbito deste curso.

A verdade é que não eram muitas as actividades culturais que se organizaram durante este período. À excepção das duas viagens de estudo que se efectuavam sistematicamente, poucas eram as demais actividades culturais.

As duas viagens de estudo eram – e ainda o são – organizadas com o intuito de proporcionar aos/às estudantes um enriquecimento cultural acrescido pela visita a locais a que, normalmente, num período de tempo tão curto (cinco semanas), não conseguem aceder, ou por falta de tempo, ou por falta de condições logísticas.

Assim, em dois Sábados de Julho, das 7h45 às 20h, os/as estudantes tinham – e têm – a oportunidade de viajar pelo país, conhecendo locais que dificilmente se lembrariam de visitar ou, tendo conhecimento deles, dificilmente teriam condições mínimas de transporte para o fazerem.

Estremunhados/as pela hora madrugadora e cansados/as pela semana repleta de aulas (estamos a falar de 21 horas semanais de aulas obrigatórias mais as das disciplinas de opção, que podem perfazer até mais dez horas por semana), os/as estudantes não perdem, mesmo assim, esta oportunidade de enriquecer a sua estadia em Coimbra e em Portugal, apressando-se, desde cedo no curso, a fazerem a sua inscrição e, sobretudo, a não faltarem à chamada. Chegam a ser dois autocarros de sessenta lugares repletos de estudantes e há sempre gente que, não se tendo inscrito e não tendo, à partida, lugar nos autocarros, se apresenta às 7h30 da manhã, a um Sábado, no Largo D. Dinis (local de partida), na esperança que alguém falte deixando, assim, um lugar vago (o que, embora raramente, acontece).

Nas viagens de estudo, que não comportam qualquer despesa acrescida para os/as estudantes, participam sempre dois/duas professores/as da Faculdade – inexecedíveis na energia e no entusiasmo em cada e toda a viagem (dois destes professores chegaram a visitar os mosteiros da Batalha e de Alcobaça mais de duas dezenas de vezes...), incumbidos/as da tarefa de orientação, e eu próprio, com a tarefa de monitorização. Pela externalidade das circunstâncias em que se realiza, por não

termos, necessariamente, o controlo de todos os momentos de decisão, são das actividades que exigem mais organização, mais preparação e mais preocupação mas são, igualmente, das que mais prazer e frutos proporcionam.

Por outro lado, revestiam-se – e revestem-se – estas viagens, de uma importância acrescida, a de serem o momento e local ideais para a confraternização dos/as estudantes, principalmente durante a 1ª viagem, altura em que muitos dos/as estudantes não se conheciam ainda, ou já se conhecendo por serem colegas de turma, não tinham ainda estado uns/umas com os/as outros/as noutra ambiente que não o académico. Afinal de contas, é fora do âmbito da sala de aula que mais se aprende da língua e, sobretudo, da cultura de um povo.

À parte das viagens de estudo, eram, de facto, poucas as demais actividades, exceptuando a sessão oficial de recepção, uma ou outra conferência, e o jantar de final de curso, esse sim, sempre apoteótico, independentemente do número de participantes ou do local de realização.

1.3. 2010 a 2013

O panorama muda radicalmente em 2010, quando tive ensejo de assumir a responsabilidade administrativa dos cursos de português para estrangeiros e, com o apoio e estímulo constantes da Direcção dos Cursos de Português para Estrangeiros e da Faculdade, se passa a organizar um verdadeiro programa cultural.

O *Curso de Férias* de língua e cultura portuguesas para estrangeiros ganha uma dinâmica única disponibilizando, mal os/as estudantes se apresentam ao curso, um programa cultural que lhes preenche quase por completo as cerca de cinco semanas de estadia em Coimbra.

As actividades são muito variadas tanto em matéria de tipologia, de local de realização, como em matéria de custos.

Começamos por organizar, no anfiteatro nobre da Faculdade, uma sessão oficial de recepção, sempre com a presença do Director da

Faculdade bem como do/a Director/a do Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas e, ainda, da Directora dos Cursos de Português para Estrangeiros, oferecendo, para além dos habituais e sempre muito apreciados pelos/as estudantes estrangeiros/as discursos de boas-vindas, um lanche-convívio, um pequeno concerto de Fado de Coimbra e, aproveitando estas três premissas, conseguindo fazer, a cada ano, uma magnífica fotografia de grupo à entrada do edifício da Faculdade.



Foto de grupo (entrada da FLUC – 86º Curso de Férias, 2010; fotografia de André Cardoso Simões)

Depois, são organizadas actividades tão variadas como:

Visitas guiadas à parte monumental da Universidade;

Up & Down Coimbra (visitas guiadas à Alta e à Baixa de Coimbra);

Dia Verde (em colaboração com o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e com o *Mercadinho do Botânico*);

Dia Radical (descidas do rio Mondego, *paintball*, *rappel*, escalada);

Babel Party Disco Night (em colaboração com as *Piscinas do Mondego*);

Dia da Música (em colaboração com a escola de música Scherzo, com o grupo de fados *Minerva* e que contou com a presença do Prof. Doutor Paulo Estudante);

Dia da Arte (em colaboração com a *Mercearia de Arte Alves & Silvestre* e que contou com a presença do Prof. Doutor José António Bandeirinha);



Dia da Arte (na *Mercearia de Arte Alves & Silvestre* – 89º *Curso de Férias*, 2013; fotografia de Joana Ventura Costa)

Dia da Moda (em colaboração com a *Galeria Santa Clara*);

Dia do Património (conferências proferidas pelo Prof. Doutor Amadeu Carvalho Homem, pela Prof.^a Doutora Maria Teresa Nobre Veloso e pela Prof.^a Doutora Clara Almeida Santos e tertúlia pelo Prof. Doutor António Rochette);

Visita a Conímbriga (visita guiada às ruínas e espectáculo de teatro, em colaboração com o *Thíasos* – grupo de teatro de tema clássico da FLUC);

Outras viagens co-organizadas pela *Associação Socrates/Erasmus* da Universidade de Coimbra (ESN/UC), outra das parceiras muito importantes ao longo dos últimos anos.

Não podemos deixar de mencionar, no meio de tanta novidade, as incontornáveis duas viagens de estudo que, quer faça chuva quer faça sol, são, sem dúvida, ainda e sempre, pelos motivos que já referi, o porta-estandarte do programa cultural do *Curso de Férias*. Os itinerários,

na medida do possível, tendo em conta, já nesta altura, certos constrangimentos orçamentais e, por outro lado, as inultrapassáveis questões de clima, tendem a ser o mais variados possível, sendo alguns dos mais emblemáticos, para além do já referido Batalha – Alcobaça – Óbidos – Nazaré, o da Serra da Estrela, o do Porto ou, para só referir alguns, o do Vale do Côa ou do Alto Alentejo.

Finalmente, que não em último, o jantar de despedida. Já depois do período de exames ultrapassado, este jantar é realizado, sem excepção, num local emblemático da cidade, como foi o caso, em dois anos consecutivos, no Barco Bazófiás, ou como é mais habitual, no Pátio da Inquisição.

Há, assim, várias preocupações acrescidas na organização destas actividades, não só na variedade da oferta das actividades, quer ao nível da área de interesse, quer ao nível do custo (todas as actividades têm praticamente custo zero ou simbólico para os/as estudantes e para a Faculdade) como, igualmente, na tentativa de as aliar não só com a Universidade no seu todo mas, sobretudo, com a cidade, com as instituições, as pessoas e os locais que, no fundo, fazem de Coimbra a cidade que dá nome à (sua) Universidade.

2. O presente: um marco único

O 90º *Curso de Férias* significa, tão simplesmente, o sublimar de toda a experiência e de todo o saber acumulados ao longo de tantos e tantos anos, de tantos e tantas directores/as, de tantos e tantas docentes, alunos/as e funcionários/as. É um marco único na vida de um curso (quase) centenário e, especialmente, de uma instituição (já) centenária. Será a oportunidade ideal para, uma vez mais, apresentarmos aos/às estudantes de todo o mundo e de todas as idades um programa cultural vasto e estimulante, porque profissional e exigente, ou seja, único.

O programa cultural deste 90º curso apresentar-se-á, assim, como uma indiscutível mais-valia da oferta da FLUC relativamente às suas concorrentes directas mas apresentar-se-á, acima de tudo, como uma

arreatadora mais-valia para os/as próprios/as estudantes que usufruirão dele. Para além de obterem uma preparação ou, conforme os casos, um aperfeiçoamento linguístico reconhecido mundialmente — o *Curso de Férias* de Coimbra é o único *Curso de Férias* em Portugal reconhecido, por exemplo, nos Estados Unidos como equivalente à *Summer School* —, os/as estudantes ficarão com uma bagagem cultural que, se não fossem estas actividades culturais, nunca conseguiriam almejar.

É, no fundo, o mais importante na relação com uma língua estrangeira, a capacidade e a sensibilidade que vamos adquirindo para assimilar a relação da língua com a cultura dessa mesma língua. E isso é algo insubstituível.

Por isso, o programa cultural do presente *Curso de Férias* inclui, entre outros, visitas guiadas à Universidade, a sessão oficial de recepção, duas viagens de estudo, visita a Conímbriga (com espectáculo de teatro), novas edições da Babel Party Disco Night e dos Dias Verde (com visita ao Jardim Botânico), da Arte, da Música, do Património e, claro, o jantar de despedida.

3. O futuro: desafios

São muitos os desafios que se colocam nos dias que correm ao ensino em Portugal e ao ensino de português como língua estrangeira.

A implementação do novo programa de mobilidade *Erasmus+*, ao retirar os apoios aos cursos presenciais de preparação linguística para alunos de mobilidade, elimina, desde logo, a certeza da organização de dois cursos intensivos no início de cada semestre lectivo: poderá tal situação traduzir-se na migração desses estudantes para o *Curso de Férias*?

A adopção do estatuto do estudante internacional, impondo regras específicas de acesso ao ensino superior aos estudantes de nacionalidade estrangeira fora da União Europeia, nomeadamente uma propina de sete mil euros anuais para estudos conferentes de grau, trará ela implicações quanto ao *Curso de Férias* diz respeito, nomeadamente através do even-

tual interesse destes candidatos em realizarem uma prévia e intensiva preparação linguística e cultural?

A persistente crise financeira global, continuará ela por muito mais tempo e, independentemente da sua duração, será ela significado de mais dificuldades na atracção de público para o *Curso de Férias* ou, por outro lado, será ela significado de mais exigência e de mais criatividade na captação desse mesmo público?

Uma coisa é certa: a Faculdade de Letras, nos seus 103 anos, e o *Curso de Férias*, nos seus 90 anos, saberão, certamente, como sempre o fizeram até hoje, humildemente, honrar a sua memória, respeitar o seu presente e projectar-se no (seu) futuro.

(Página deixada propositadamente em branco)



Série *Documentos*

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2014

